



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 30 de outubro de 2017

Ao Senhor

Vereador Romilson Nascimento Silva

Presidente da Câmara Municipal

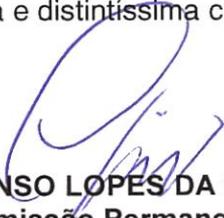
Jaguariúna – S.P.

Senhor Presidente

Solicitamos de Vossa Excelência a convocação de Audiência Pública se possível na data de **24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00**, no Plenário da Câmara Municipal, para análise dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

- 1. Projeto de Lei nº 034/2017** – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
- 2. Projeto de Lei nº 035/2017**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
- 3. Projeto de Lei nº 052/2017** – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

Nº de Ordem 1456

Fla Nº 095 Livro Nº 035

30/10/2017

SECRETARIA

Rua Alfredo Bueno, 1189 – Centro – Telefones (19) 3847-4336
www.camarajaguariuna.sp.gov.br



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017 **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017**

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente **Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2017**, a ocorrer no dia **24 de novembro de 2017 (sexta-feira)**, às **18:00 horas**, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudo dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;

2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;

3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

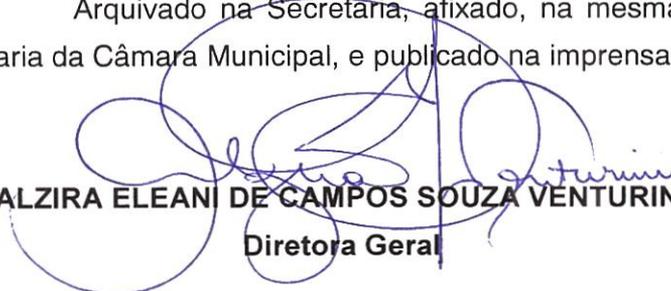
Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 30 de outubro de 2017


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



02 de Novembro de 2017



IMPrensa Oficial D

02 DE NOVEMBRO DE 2017

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que ocorrerá no próximo dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que

data, no quadro de avisos de portaria de

LEI Nº 052/2017

dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;

3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

VEJA



instrum



02 de Novembro de 2017



IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 058 DE 2017.-

Constitui Comissão Especial de Sindicância para os fins que especifica.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc... no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o que consta nos autos do Protocolo nº 1.462/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir, como adiante se vê, sob a presidência do primeiro, Comissão Especial de Sindicância, visando apurar responsabilidades de servidores públicos ou agentes políticos referentes ao vencimento de contrato com as empresas LAGUNA PEZZO AUTO POSTO LTDA – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL em 15/06/2017 e M.A. CAVALHIERI LTDA – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 04 MÁQUINAS DE XEROX em 01/07/2017.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI – RG nº 16.125.035-X;
CREUSA APARECIDA GOMES – RG Nº 19.624.350-6;
SÉRGIO APARECIDO PEDROSO – RG nº 15.429.233-3.

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogada uma vez por igual prazo.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;

3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2017, a ocorrer no dia 24 de novembro de 2017 (sexta-feira), às 18:00 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudo dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo

cujo OBJETO é: Compra de 02 (dois) veículos automotores zero km visando atender a demanda de viagens dos integrantes, Vereadores e Funcionários, do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Jaguariúna.

Local para realização do credenciamento e recebimento dos envelopes PROPOSTA e HABILITAÇÃO: Sala Das Sessões da Câmara Municipal de Jaguariúna, rua Alfredo Bueno nº1189- Centro – Jaguariúna/SP – CEP 13.820-000, no dia 24 de novembro de 2017, com início às 9 horas.

Os interessados poderão extrair edital na íntegra a partir do dia 06/11/2017, através do site: www.camarajaguariuna.sp.gov.br, ou pessoalmente na sede da Câmara, endereço acima descrito.

Mais informações poderão ser solicitadas por e-mail Rosangelaribeiro@camarajaguairuna.sp.gov.br ou telefones (19) 3847-4336 e 38474320 – Rosângela. Jaguariúna, 01 de novembro de 2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1440/2017
Exclusivo de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA torna pública e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto na Câmara, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017, cujo OBJETO é a Aquisição de 40 (quarenta) Cestas Natalinas, compostas pelos LOTES A e B, para distribuição aos servidores da Câmara Municipal de Jaguariúna.

Local para realização do credenciamento e recebimento dos envelopes PROPOSTA e

TURISMO E CULTURA
SECRETARIA DE

ESTRELA QUE BRILHA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS
JAGUARIÚNA
CIDADE DE





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



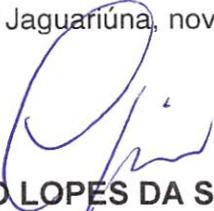
Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que ocorrerá no próximo **dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal**, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. **Projeto de Lei nº 034/2017** – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. **Projeto de Lei nº 035/2017**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. **Projeto de Lei nº 052/2017** – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Ao Senhor Vereador
Afonso Lopes da Silva
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alfredo Chiavegato Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Ângelo Roberto Torres
Nesta

À Senhora Vereadora
Cássia Murer Montagner
Nesta

Ao Senhor Vereador
Cristiano José Cecon
Nesta

Ao Senhor Vereador
David Hilário Neto
Nesta

À Senhora Vereadora
Inalda Lúcio B. Santana
Nesta

Ao Senhor Vereador
José Muniz
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Carlos de Campos
Nesta

Ao Senhor Vereador
Rodrigo da Silva Blanco
Nesta

Ao Senhor Vereador
Romilson Nascimento Silva
Nesta

À Senhora Vereadora
Taís Camellini Esteves
Nesta

Ao Senhor Vereador
Walter Luís Tozzi de Camargo
Nesta

À Senhora
Andréa Dias Lizun Bergamasco
Secretária de Gestão Social e Cidadania
Nesta

À Senhora
Maria das Graças Hansen Albaran Santos
Secretária de Turismo e Cultura
Nesta

À
Secretaria de Segurança Pública
Nesta

À
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e
Social
Nesta

À Senhora
Cristina Pinto Catão B. Hosikawa
Secretária de Educação
Nesta

À Senhora
Cristina Ap. Rossi Serra
Secretária de Governo e Finanças
Nesta

Ao
Departamento de Comunicação
Nesta

À
Secretaria de Gestão Ambiental
Nesta

Ao Senhor
Valdir Parisi
Secretário de Governo
Nesta

Ao Senhor
Rafael da Silva Blanco
Secretário de Esportes e Lazer
Nesta



Ao Senhor
Fabiano Augusto Rodrigues Urbano
Secretário de Negócios Jurídicos

Nesta

À
Secretaria de Obras e Serviços

Nesta

À
Secretaria de Planejamento e Habitação

Nesta

À Senhora
Maria Emilia Peçanha de Oliveira Silva
Secretária de Gabinete

Nesta

À Senhora
Maria do Carmo de Oliveira Pelisão
Secretária de Saúde

Nesta

À Senhora
Flora Maria Bernardes Reis
Presidente do Fundo Social de Solidariedade

Nesta

Ao
Conselho Municipal de Educação
R: XV de Novembro, 563 – Santa Cruz
13820-000 – Jaguaruá – SP

Ao
Conselho Municipal de Segurança
Pça Peru, 141, Bairro Nova Jaguaruá
13820-000 – Jaguaruá – SP

Ao
Cons.Mun. de Defesa do Meio Ambiente -
Nesta

Ao
Conselho Mun.Dir.Criança e do Adolescente
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Saúde
Nesta

Ao
Conselho Tutelar de Jaguaruá
Nesta

Ao Senhor
Tomaz de Aquino Pires
Coordenador da Casa da Memória
Padre Antonio Joaquim Gomes
Nesta

Ao Senhor
1º Ten.PM Luis Gustavo Ap. Tuckumantel
Comandante do 1º PEL/PM

Nesta

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal

Nesta

À
Rádio FM Estrela
Av. Marginal, 600 - Centro
13820-000 – Jaguaruá/SP

À Senhora
Zaira Palermo Bodini
Representante do Centro de Prof. Paulista
R. Cândido Bueno, 1073 – Aptº 22 - Centro
13820-000 – Jaguaruá/SP.

Ao Senhor
Wilson Melilo
Presidente do Centro Equoterapia de
Jaguaruá
Cx Postal 62
13820-000 Jaguaruá SP.

Ao Senhor
Carlos Gomes Pires
Pres.Grupo Escoteiro Jaguar
Rua: João Pires Germano, 121- Jardim Alice
13820-000 Jaguaruá SP.

À
Associação Amigos do Padre Gomes
Rua Cel. Amâncio Bueno, 473- Centro
13820-000 Jaguaruá SP.

Ao Senhor
Juliana Belinatti Menardo
Delegada Titular de Jaguaruá
Nesta



À Senhora
Dra. Renata Stela Quirino Malachias
Dir. Pres. Associação Santa Maria de Saúde-
ASAMAS -Hospital "Walter Ferrari"
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Dr. Elmir Kalil Abi Chedid
Dir. Estâncias Metrópolis Turismo e Viação
Ltda e da Expresso Met. e Viagens Ltda.
Rua Testa, 280 – Jd. São Sebastião
13.820-000 - Jaguariúna – S.P.

À
Superintendência Técnica da Associação
Santa Maria de Saúde - ASAMAS –
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Associação de Engenheiros, Arquitetos e
Agrônomos de Jaguariúna – AEAJ.
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Manoel Alberto Barreiros Azevedo
Superintendente Admin. e Financeiro da
Associação Santa Maria de Saúde- ASAMAS
13820-000 Jaguariúna SP.

À Senhora
Rita de Cássia Siste Bergamasco
Vice Prefeita
Nesta

Ao
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
13820000- Jaguariúna SP

À Senhora
Maria do Carmo Santiago Leite
Presidente da OAB de Jaguariúna
R: Joaquim Bueno, 1273 – Centro
Nesta

Ao Senhor
Elias de Oliveira
Presidente do Clube dos Desbravadores
"Falcão da Colina"
R: Lanzoni, 168- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Pastoral da Criança
R: Pires, 136- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Comunidade Italiana de Jaguariúna
R: Maranhão, 104- São João
13820000- Jaguariúna

Ao
Presidente Associação Trilhos do Jequitibá
R: Candido Bueno, 1.299 sala 13 – centro
13820-000 Jaguariúna SP.

À
APAE - Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguariúna SP.



Ao Senhor

Antonio Roberto T.Alves portaldosbrindes@hotmail.com
Pres. Ass. Amigos de Bairros
Jardim Europa/Sylvio Rinaldi
Rua Paulo Savioli, 32 – Jd.Europa
13820-000 – Jaguariúna/SP

Ao Senhor

Carlos Roberto Oliveira integradaadm@gmail.com
Pres. Ass. Amigos de Br.-Cond. Long Island
Integrada condomínios.
Nesta

Ao Senhor

Marcelo Oliveira A.Moraes integradaadm@gmail.com
Pres. Ass. Amigos de Bairros
Integrada Condomínios –
13820-000 – Jaguariúna/SP.

À Sua Excelência a Senhora

Ana Paula Colabono Arias
Juíza da 2ª Vara da Comarca de
Jaguariúna/SP.
pjaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglini@mp.sp.gov.br

À Sua Excelência o Senhor

Dr. Marcelo Forli Fortuna
Juíz da 1ª Vara da Comarca
Jaguariúna/SP.
pjaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglini@mp.sp.gov.br

Sua Excelência a Senhora

Aline Moraes
Promotora de Justiça
Jaguariúna/SP.
pjaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglini@mp.sp.gov.br

À Senhora

Flávia Travaglini
Promotora de Justiça
Jaguariúna/SP.
pjaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglini@mp.sp.gov.br

À Senhora

Elizete Moura
Diretora do Ofício Judicial-
Fórum de Jaguariúna
13820-000 Jaguariúna SP.
pjaguariuna@mp.sp.gov.br; flaviatravaglini@mp.sp.gov.br

À Senhora

Maria do Carmo Santiago Leite
Presidente da OAB de Jaguariúna
R: Joaquim Bueno 1273 Centro
13820-000 – Jaguariúna – SP
jaguariuna@oabsp.org.br

Ao

Jornal de Jaguariúna – JJ
Jaguariúna/SP
recepcao@jornaldejaguariuna.net

Ao

Jornal Gazeta Regional
Jaguariúna/SP
camilo@gazetaregional.com.br;

À

Rádio Nova Sertaneja novasertanejafm@uol.com.br
R: Amapá, 43 – Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

Ao Senhor

Prof. Dr. Ricardo Jorge Tannus
Diretor Geral FAJ - Faculdade de Jaguariúna
R. Amazonas, 504 – Br. Dom Bosco
13820-000 – Jaguariúna/SP.
diretorfaj1@faj.br; diretorfaj2@faj.br

Ao Senhor

Flávio Fernandes Pacetta
Diretor da FAJ- Faculdade de Jaguariúna
R: Amazonas, 504
13820-000 Jaguariúna SP.
diretorfaj1@faj.br; diretorfaj2@faj.br

Ao Senhor

Beniamino Fábio Di Gióia
Diretor da Escola SENAI
Rua Anésia Venturini Zani, 62 -Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.
secretaria513@sp.senai.br

Ao Senhor

José Luciano Souza
Presidente do Rotary Club de Jaguariúna
Rua Pernambuco, 47 – São João
13820-000 – Jaguariúna – SP
ilsouza987@gmail.com



Ao Senhor
Wilson Roberto Pezzo
Pres. APAE- Associação Pais Amigos dos
Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguarina SP.
(apaejaguariuna@uol.com.br); (anagottardo@yahoo.com.br)

Ao Senhor
José Luciano de Souza
Pres. AJJA- Associação Jaguariúnense de
Jovens Aprendizes
R: Rio Grande do Sul, 488- Jardim Sonia
13820-000 Jaguarina S.P.
(Coordenacao.administrativa@ajja.org.br)

Ao Senhor
Paul Van Opstal
Pres. Do Projeto Lar Feliz
Estância Recanto Alvorada-Br. Borda da Mata
13820-000 Jaguarina SP.
(projetoarafeliz123@hotmail.com)

Ao Senhor
Reinaldo Vitório Chiavegato
Presidente da ACIJ- Associação Comercial
Industrial de Jaguarina
R: Julia Bueno, 651 - Centro
13820-000 Jaguarina SP.
(atendimento@acijaguariuna.com.br)

À Senhora
Carlota Assunção Ferreira Souza
Presidente Casa da Amizade de Jaguarina
R: Pernambuco, 47 – São João
13820-000 Jaguarina SP
(cafsouza1408@gmail.com)

Ao Senhor
Valdemir Martins (integradaadm@gmail.com)
Pres. A.Prop.Lot.Urbanos Pq.Ana Helena
Integrada Condomínios
Nesta

Ao Senhor
Edmir Bonfim – ass.carisma2015@outlook.com
Dir. Presidente da Associação Carisma de
Educação, Cultura, Recuperação e
Integração Social Jaguarina
Rua F – Quadra G – Lote 1 – Chácara Sto.
Antonio
13820-000 Jaguarina SP.

**e-mails para ofícios circulares e comunicados
extra-protocolos.**

integradaadm@gmail.com;
pjjaguariuna@mp.sp.gov.br;
flaviatravaglini@mp.sp.gov.br;
recepcao@jornaldejaguariuna.net;
Camilo@gazetaregional.com.br
novasertanejafm@uol.com.br; diretorfaj1@faj.br;
diretorfaj2@faj.br; secretaria513@sp.senai.br;
jlsouza987@gmail.com;
apaejaguariuna@uol.com.br;
anagottardo@yahoo.com.br;
coordenacao.administrativa@ajja.org.br;
projetoarafeliz123@hotmail.com;
atendimento@acijaguariuna.com.br;
cafsouza1408@gmail.com;
sas@jaguariuna.sp.gov.br;
fernando.setuc@jaguariuna.sp.gov.br;
defesasocial@jaguariuna.sp.gov.br;
seduc@jaguariuna.sp.gov.br;
inaiana.vicentin@jaguariuna.sp.gov.br;
rafaela@jaguariuna.sp.gov.br;
durlacher@jaguariuna.sp.gov.br;
juridico@jaguariuna.sp.gov.br;
obras@jaguariuna.sp.gov.br;
flavio@jaguariuna.sp.gov.br;
tania.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br;
patricia.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br;
gisele.vida@jaguariuna.sp.gov.br;
sms.adm@jaguariuna.sp.gov.br;
portaldosbrindes@hotmail.com
ass.carisma2015@outlook.com



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 7 de novembro de 2017

À Senhora
Cristina Aparecida Rossi Serra
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhor:

Tendo em vista Vossa Senhoria estar diretamente relacionado à formulação dos Projetos de Lei abaixo relacionados, tem esta a finalidade especial de **CONVIDAR** Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo dia **24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal**, para estudos dos mesmos:

1. **Projeto de Lei nº 034/2017** – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. **Projeto de Lei nº 035/2017**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. **Projeto de Lei nº 052/2017** – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Solicitamos, se assim Vossa Senhoria achar conveniente, que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre referido projeto, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





11 de Novembro de 2017

IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUAR

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que ocorrerá no próximo dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017
ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o

presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2017, a ocorrer no dia 24 de novembro de 2017 (sexta-feira), às 18:00 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudo dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 30 de outubro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº 186
(Autoria: David Hilário Neto – PTB; Romilson Nascimento Silva – PV; Walter Luís Tozzi de Camargo – PMDB; Cássia Murer Montagner – PR; Inalda Lúcio de Barros Santana – PMDB;

Cristiano José Cecon – PV; Afonso Silva – PPS; Ângelo Roberto Toledo Rodrigo da Silva Blanco – PMD Esteves – PPS e José Muniz –

Revoga a Resolução nº 185/20

ROMILSON NASCIMENTO SILVA da Câmara Municipal de Jaguariúna, São Paulo, etc...

FAÇO SABER que a Câmara Municipal e eu promulgo a seguinte Resolução. Art. 1º. Fica revogado o inteiro teor da Resolução nº 175/2016.

Art. 2º. Passa a vigorar a Resolução nº 185/2017, que dá nova redação ao Art. 1º da Resolução nº 175/2016.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência da Câmara Municipal, 11 de novembro de 2017
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente
Registrado na Secretaria e afixado na data, no Quadro de Avisos da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral
Pauta dos Trabalhos da 25ª Sessão de 07/11/2017

ORDEM DO DIA

Em Única Discussão:

Processo CM nº 105/2017, do Executivo Municipal – Veto Total oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2017 – do



CAMPEONATO MUNICIPAL DE

XADREZ 2017

VENHA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



11 de Novembro de 2017

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que ocorrerá no próximo dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2017
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2017
ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente
da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de
São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe
são conferidas, e com fundamento na Resolução
nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71,
inciso V) e na Lei 101 – Lei de Responsabilidade
Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o

presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2017, a ocorrer no dia 24 de novembro de 2017 (sexta-feira), às 18:00 horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal para estudo dos seguintes Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 30 de outubro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº 186
(Autoria: David Hilário Neto – PTB; Romilson Nascimento Silva – PV; Walter Luís Tozzi de Camargo – PMDB; Cássia Murer Montagner – PR; Inalda Lúcio de Barros Santana – PMDB;

Cristiano José Cecon – PV; Afonso Silva – PPS; Ângelo Roberto Torre Rodrigo da Silva Blanco – PMDB; Esteves – PPS e José Muniz – PTI

Revoga a Resolução nº 185/2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA,
da Câmara Municipal de Jaguariúna,
São Paulo, etc...

FAÇO SABER que a Câmara Muni e eu promulgo a seguinte Resolução Art. 1º. Fica revogado o inteiro teorção nº 185/2017, que dá nova redação 1º, da Resolução nº 175/2016.

Art. 2º. Passa a vigorar a Resolução dispõe sobre a fixação dos subsídios Vereadores da Câmara Municipal d e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vig de sua publicação.

Presidência da Câmara Municipal, 1 novembro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMI
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado data, no Quadro de Avisos da Porta Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOL
VENTURINI
Diretora Geral
Pauta dos Trabalhos da 25ª Sessão de 07/11/2017

ORDEM DO DIA

Em Única Discussão:

Processo CM nº 105/2017, do Exec Municipal – Veto Total oposto ao Pro Complementar nº 001/2017 – do Sr.



CAMPEONATO MUNICIPAL DE
XADREZ 2017

VENHA II

26 NO
DOA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



18 de Novembro de 2017

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

Convite

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que ocorrerá no próximo dia 24 de novembro de 2017, sexta-feira, às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, para estudos dos Projetos de Lei abaixo relacionados, de iniciativa do Poder Executivo Municipal:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;
2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;
3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018.

Câmara Municipal de Jaguariúna, novembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Pauta dos Trabalhos da 26ª Sessão Ordinária,
de 14/11/2017

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência ou não de um cronograma para manutenção de pintura de sinalização de trânsito, em especial das faixas de pedestres que especifica;
2. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência ou não de um cronograma para manutenção de pintura da sinalização de trânsito, em especial do cruzamento da rua Francisco Dal'Bó, sentido Guedes e Bom Jardim.;
3. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal informar se existem estudos nessa Administração, que incluam o critério de avaliação para os funcionários concursados designados a prestarem serviços em outros departamentos e/ou setores ligados ao Estado, União e ao Poder Judiciário;
4. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a fiscalização das obras dos acessos viários do bairro de Guedes que estão sendo realizadas;
5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos

Santa Júlia. (com cópia para a CPFL Jaguarí);

8. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando à AGEMCAMP informar se existe a possibilidade de implantação de "cartão único", de gratuidade no transporte público para utilização do idoso e das demais gratuidades prevista em lei, com validade para todos os municípios que compõem a RMC -Região Metropolitana de Campinas;

9. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informar quais as providências tomadas para captura e guarda de animais de grande porte (bovino e equino) que se encontram soltos pelas ruas da Cidade e quais órgãos responsáveis por estes serviços;

10. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a possibilidade da área municipal existente no Bairro Colina do Castelo, no final da Av. Milton Fortunato Guglielminetti, ser utilizada como Centro de Treinamento para o Canil e como base para a ROMU da Guarda Municipal;

11. Da Sra. Inalda Lúcio Barros Santana – Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal informações das Indicações 75, 22 e 90 de 2017 de sua autoria, que não foram atendidas;

12. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal Relatório das Despesas Pormenorizadas até a presente data, referente à Receita de 2017, destinada ao Departamento de Trânsito Municipal, e valores arrecadados;

13. Do Sr. José Muniz solicitando ao Deputado Federal Nelson Marquezelli, destinar verba para ampliação de Creches que especifica no Município;

14. Do Sr. José Muniz solicitando ao Deputado Federal Jefferson Campos, doar uma VAN e um veículo pequeno para a área da Saúde do Município.

Indicações:

1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva, solicitando ao Executivo Municipal a mudança do ponto de ônibus da rua Cosmópolis, próximo a Central Clínica nº 82, para a mesma rua, na altura da escada que dá acesso ao Pronto Socorro do Hospital Municipal Walter Ferrari;

2. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal para quando for denominar alguma rua ou algum próprio municipal lembrar-se da pessoa da Senhora "Neusa de Campos Santos";

3. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal que seja feita manutenção na Praça defronte ao Hospital, no que concerne à manutenção e conserto dos brinquedos, bem como a garantia da iluminação, trocando as lâmpadas queimadas;

4. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal que seja feita manutenção no Parque Serra Dourada, no que concerne à manutenção e conserto dos brinquedos, bem

7. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Rua Nelson Righi, altura do nº 78, Parque dos Ipês.;

8. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal repintura da lombada na Av. Pacífico Moneda, altura do nº 349;

9. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal repintura da faixa de pedestres na Rua Maranhão, defronte à Empresa INBRASC;

10. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal manutenção no bueiro existente na Rua Orlando Tonini, no Bairro Jardim Imperial;

11. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal repintura das faixas de pedestres e "PARE", no balão da escola Prefeito Joaquim Pires Sobrinho II;

12. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Rua Bernardino, defronte ao nº 975, na Vila 12 de Setembro I;

13. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal para que a Rede Municipal de Ensino que atendem crianças de 3 a 5 anos volte a funcionar em período integral, criando novas vagas p/crianças de 0 a 3 anos nas creches do município;

14. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal para demarcar vagas para idosos na Rua Alfredo Engler, em frente ou próximo ao prédio da Farmácia de Alto Custo;

15. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal em caráter de urgência, reparo na Rua Pernambuco, próximo à Rua Paraná;

16. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal que não deixe faltar materiais de trabalho e produtos para as atividades diárias das pessoas que frequentam o CAPS, na Roseira;

17. Do Sr. Rodrigo da Silva Bianco solicitando ao Executivo Municipal Construção de lombada Av. Pacífico Moneda, altura Condomínio Portal das Palmeiras, Bairro Vargeão;

18. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal alteração de trânsito na rotatória da Av. Antonio Pinto Catão com Av. Rinaldi, conforme especifica;

19. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal poda de uma árvore na rua Macieira, esquina com Rua Galo, em frente ao posto de saúde Domingos Granghelli, Bairro Roseira de Cima;

20. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal melhorias em ruas que especifica no bairro Santo Antonio do Jardim;

21. Da Sra. Taís Camellini Esteves – Taís da Água solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita a limpeza e poda do mato



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria de Administração e Finanças



Jaguariúna, 01 de setembro de 2017.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Romilson Nascimento Silva
Câmara dos Vereadores - Jaguariúna - SP

Assunto: **Audiência** – PPA/2018-2021, LDO/2018 e LOA/ 2018

Senhor Presidente,

Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal por intermédio deste, solicitamos a Vossa Senhoria o agendamento da Audiência – PPA/2018-2021, LDO/2018 e LOA/ 2018.

Atenciosamente,

Daiane Fernanda Ferreira
Diretora de Contabilidade e Orçamento

PROTOCOLO		
Nº de Ordem	1117	
Fls. Nº	060 Livro Nº	035
01/09/17	Daiane	
SECRETÁRIA		



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

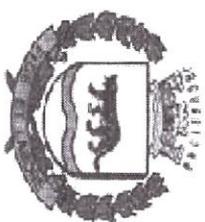
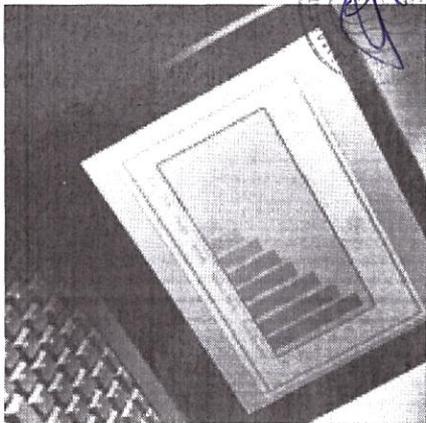


PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTUDOS DOS PROJETOS DE LEI: Nº 034/2017 – DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021; Nº 035/2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; Nº 052/2017 – ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO, DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO – SAE E DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS – RPPS, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 24 DE NOVEMBRO DE 2017, NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva;
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente; Luiz Carlos de Campos, Secretário, e a Sra. Cristina Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças que fará explicações a respeito do projeto.
- O Sr. Presidente explica o procedimento para a realização da referida Audiência em conformidade com o Art. 271, §§, do Regimento Interno:
 - Será feita a leitura dos Projetos de Lei em discussão e dos ofícios apresentando adequações.
 - Os expositores, tanto autores, como técnico do Executivo Municipal terão vinte minutos (cada um) para fazer a explanação a respeito do Projeto de Lei;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, tendo os expositores o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia;
- e determina a leitura dos seguintes projetos e ofícios solicitando adequações:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;

UNICOMAL PA
8/22



MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

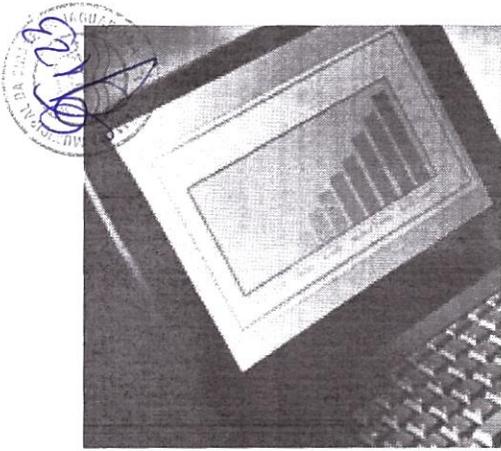
PPA – 2018 a 2021

LDO – 2018

LOA - 2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



O QUE É A LDO?

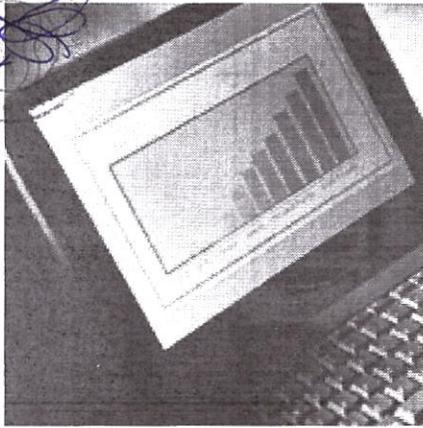
- - Lei de Diretrizes orçamentárias:
 - Define as metas e prioridades das obras e serviços a serem realizados a curto prazo, que devem constar no Orçamento.
 - É elaborada anualmente
- 
- 



PLANEJAMENTO PPA, LDO E LOA

2018





PPA, LDO E LOA DESPESAS PREVISTAS - 2018

DESPESAS CORRENTES	R\$ 316.794.970,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 28.292.030,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 30.625.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 375.712.000,00

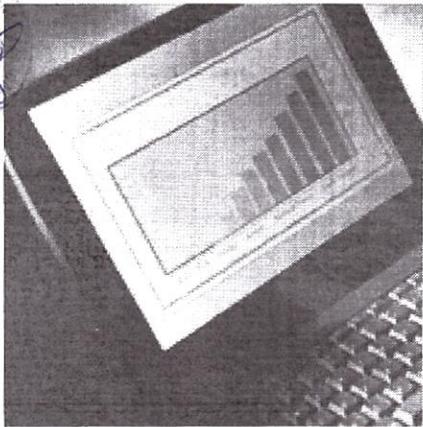




EDUCAÇÃO

- PROMOÇÃO, SUPERVISÃO, INCENTIVO, EXECUÇÃO E APOIO AO ENSINO.
- **Valor total: R\$ 91.086.581,00**





GESTÃO AMBIENTAL

- AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTOS.
- **Valor total: R\$ 16.682.000,00**





Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria de Administração e Finanças



Jaguariúna, 01 de setembro de 2017.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Romilson Nascimento Silva
Câmara dos Vereadores - Jaguariúna - SP

Assunto: **Audiência – PPA/2018-2021, LDO/2018 e LOA/ 2018**

Senhor Presidente,

Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal por intermédio deste, solicitamos a Vossa Senhoria o agendamento da Audiência – PPA/2018-2021, LDO/2018 e LOA/ 2018.

Atenciosamente,

Daiane Fernanda Ferreira
Diretora de Contabilidade e Orçamento

PROTOCOLO
Nº de Ordem <u>1.117</u>
Fls. Nº <u>060</u> Livro Nº <u>035</u>
<u>01/09/17</u> <u>Daiane</u>
SECRETÁRIA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTUDOS DOS PROJETOS DE LEI: Nº 034/2017 – DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021; Nº 035/2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; Nº 052/2017 – ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO, DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO – SAE E DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS – RPPS, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 24 DE NOVEMBRO DE 2017, NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva;
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente; Luiz Carlos de Campos, Secretário, e a Sra. Cristina Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças que fará explicações a respeito do projeto.
- O Sr. Presidente explica o procedimento para a realização da referida Audiência em conformidade com o Art. 271, §§, do Regimento Interno:
 - Será feita a leitura dos Projetos de Lei em discussão e dos ofícios apresentando adequações.
 - Os expositores, tanto autores, como técnico do Executivo Municipal terão vinte minutos (cada um) para fazer a explanação a respeito do Projeto de Lei;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, tendo os expositores o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia;
- e determina a leitura dos seguintes projetos e ofícios solicitando adequações:

1. Projeto de Lei nº 034/2017 – dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências;

3. Projeto de Lei nº 052/2017 – Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018;

4. Ofício DER Nº 0122/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações PPA);

5. Ofício DER Nº 0123/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LDO);

6. Ofício DER Nº 0124/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LOA).

- O Sr. Presidente passa a palavra à Sra. Secretária Municipal de Administração e Finanças para explicações a respeito do projeto.

.....
.....

- Deixa livre a palavra aos inscitos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

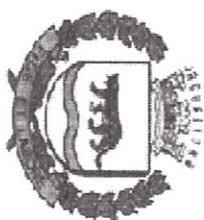
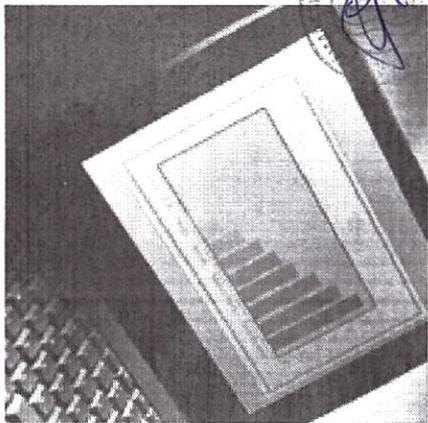
.....
.....

- Palavras do Sr. Presidente.

- Encerramento da Audiência Pública.

Secretaria da Câmara Municipal, aos 24 de novembro de 2017


Alzira Elvazi de Campos Souza Venturini
Diretora Geral



MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

PPA – 2018 a 2021

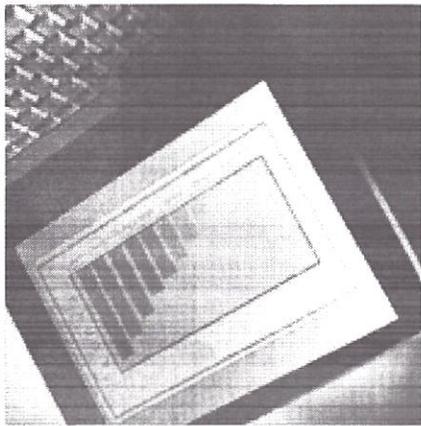
LDO – 2018

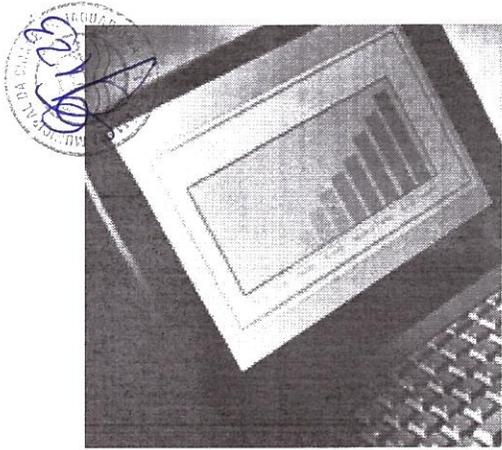
LOA - 2018



O que é o PPA?

- - É o programa de governo e projeto de desenvolvimento do município, a curto e médio prazo.
- Planeja as ações do governo para 03 anos de seu mandato e mais um ano do governo seguinte, com o objetivo de garantir a continuidade das ações governamentais.
- Elaborada quadrienalmente.





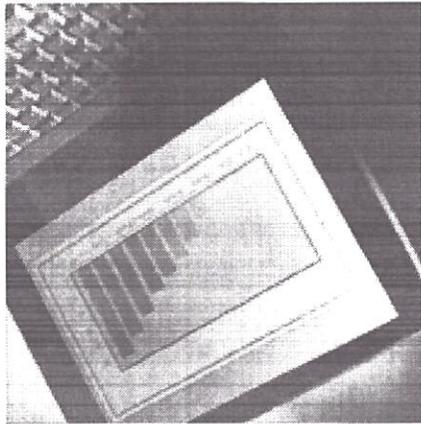
O QUE É A LDO?

- - Lei de Diretrizes orçamentárias:
- Define as metas e prioridades das obras e serviços a serem realizados a curto prazo, que devem constar no Orçamento.
- É elaborada anualmente



O QUE É A LOA?

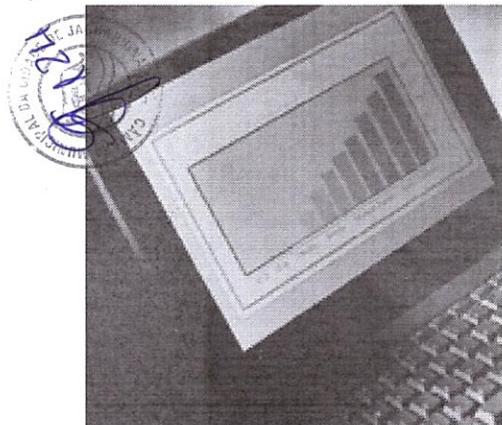
- LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
- A LOA disciplina todas as ações do Governo.
- Estima a receita e fixa a despesa do município, conforme as diretrizes estabelecidas na LDO, retratando as metas prioritárias de curto prazo.





PLANEJAMENTO PPA, LDO E LOA

2018

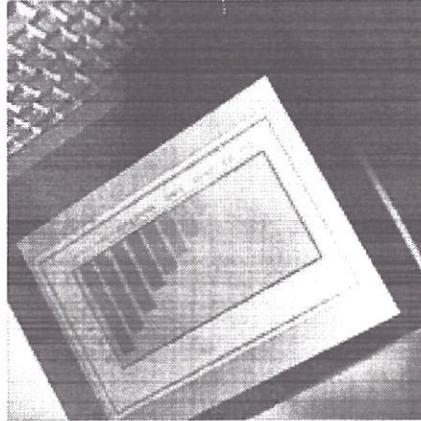


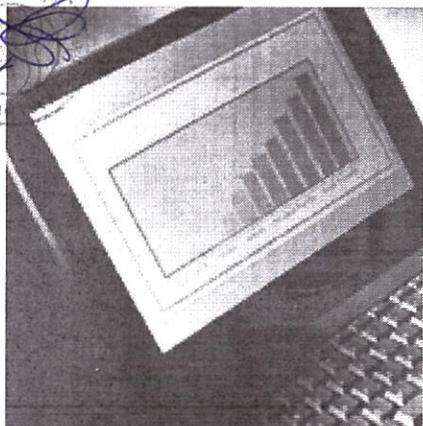
RECEITAS PREVISTAS - 2018

PPA, LDO E LOA



RECEITAS CORRENTES	R\$ 370.166.370,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 5.545.630,00
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 375.712.000,00





PPA, LDO E LOA DESPESAS PREVISTAS - 2018

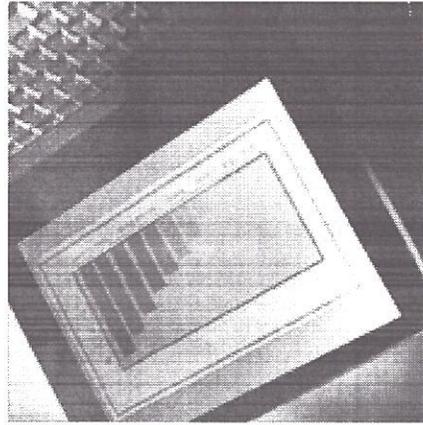
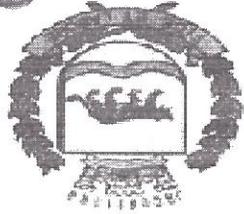
DESPESAS CORRENTES	R\$ 316.794.970,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 28.292.030,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 30.625.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 375.712.000,00

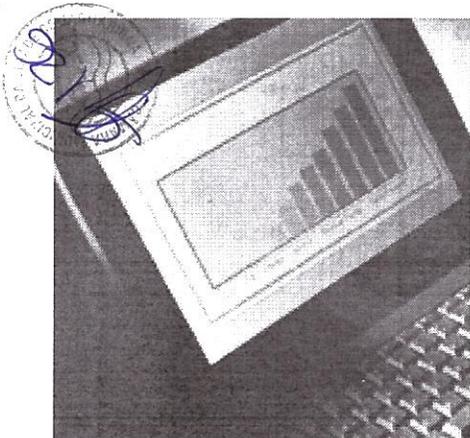


- Valor total: R\$ 21.333.280,00

- FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL, MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO E PROMOÇÃO DA ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICA.

SEGURANÇA PÚBLICA





EDUCAÇÃO

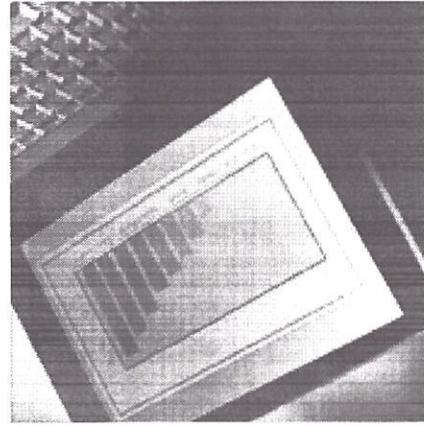
- PROMOÇÃO, SUPERVISÃO, INCENTIVO, EXECUÇÃO E APOIO AO ENSINO.
- **Valor total: R\$ 91.086.581,00**

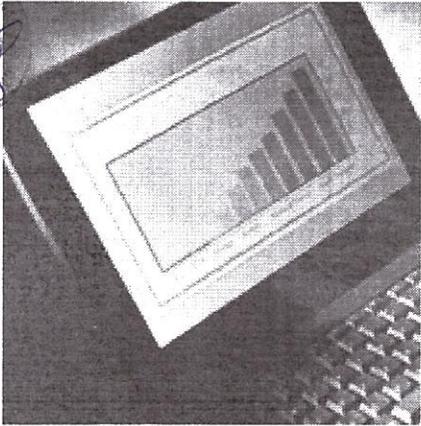


• REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE MUNICIPAL.

Secretaria de Saúde	48.123.817,00
Hospital Municipal	47.800.000,00
Valor Total:	95.923.817,00

SAÚDE





GESTÃO AMBIENTAL

- AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTOS.

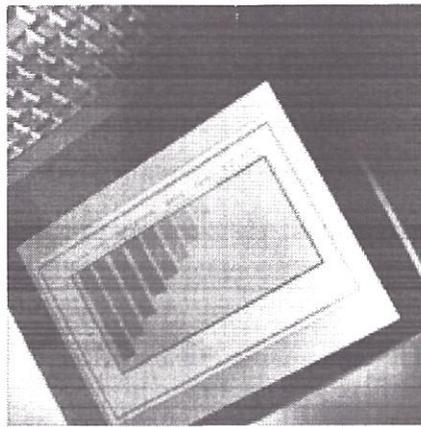
- **Valor total: R\$ 16.682.000,00**

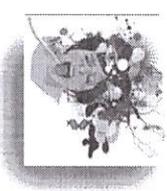
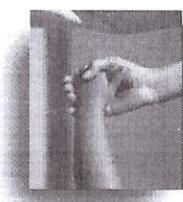
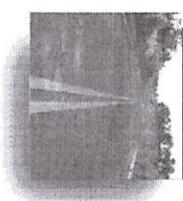
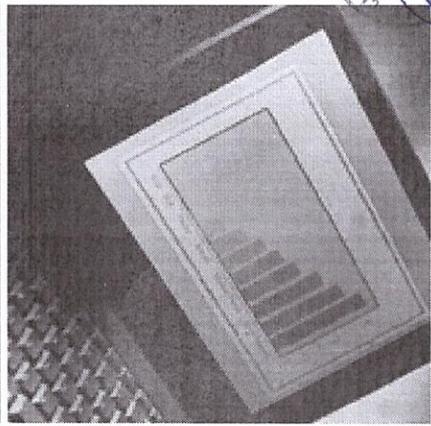


- PROMOVER A EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL.

- Valor total: R\$ 12.031.421,00

ASSISTÊNCIA SOCIAL





DEMAIS:

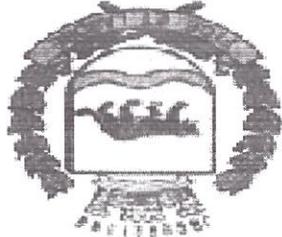
- LEGISLATIVO MUNICIPAL, GESTÃO ADMINISTRATIVA, PROMOÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA, OBRAS E SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

· Valor total: R\$ 234.578.718,00



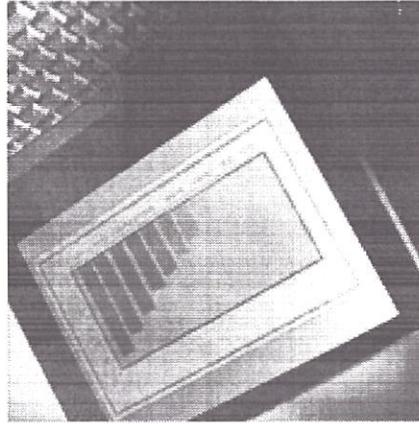
PLANILHA DE CÁLCULOS

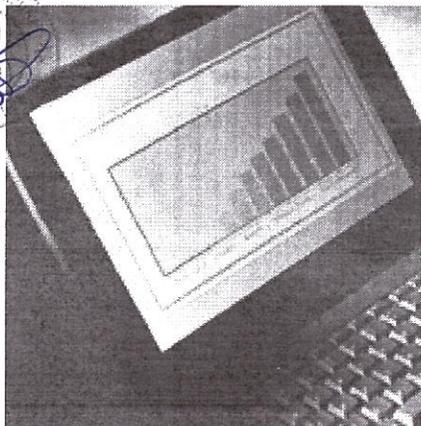
ORGANIZAMENTO 2018



QUADRO DE RECEITAS

Receita Geral	R\$ 375.712.000,00
Receita de Impostos	R\$ 289.028.100,00
Receita FUNDEB	R\$ 34.700.000,00



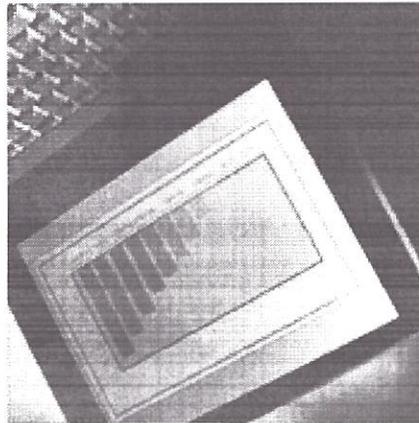
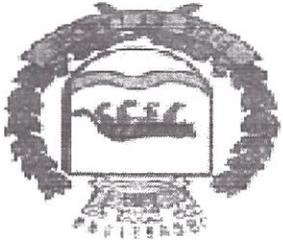


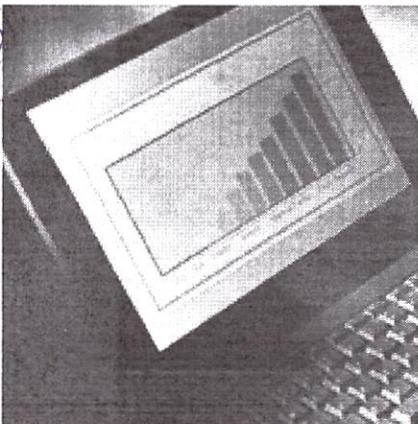
ASPECTOS LEGAIS

EDUCAÇÃO

RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 289.028.100,00
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA – 25%	R\$ 72.257.025,00
Despesas-Ensino Infantil , Fundamental e FUNDEB	R\$ 91.086.581,00
Contas Redutoras (FUNDEB)	R\$ 45.588.980,00
Auxílios do Ensino	R\$ 43.440.810,95
TOTAL DAS DESPESAS LÍQUIDAS	R\$ 93.234.750,05
<i>Percentual Aplicado</i>	32,26%

FUNDEB	
RECEITA PREVISTA	R\$ 34.700.000,00
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA NO MAGISTÉRIO – 60%	R\$ 20.820.000,00
Despesas previstas com Magistério	R\$ 27.840.000,00
Percentual Aplicado	80,23%

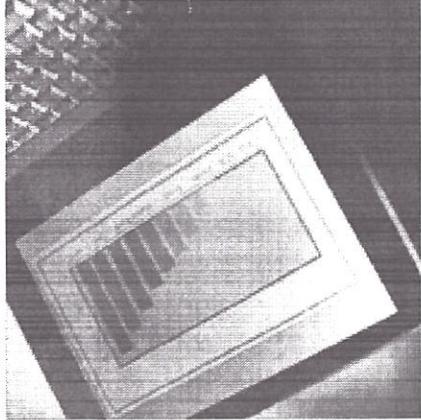
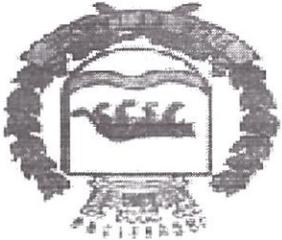




SAÚDE

RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 282.028.100,00
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA – 15%	R\$ 43.354.215,00
Despesas com Saúde	R\$ 95.923.817,00
Auxílios da Saúde	R\$ 10.366.835,72
TOTAL DAS DESPESAS LÍQUIDAS	R\$ 85.556.981,28
PERCENTUAL APLICADO	29,60%

DESPESAS COM PESSOAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 333.666.370,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 142.601.862,77
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	42,74%





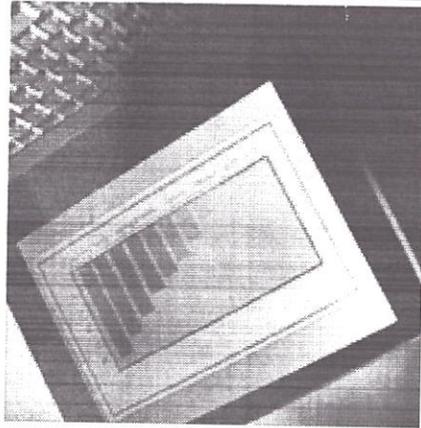
SINTESE ORÇAMENTÁRIA

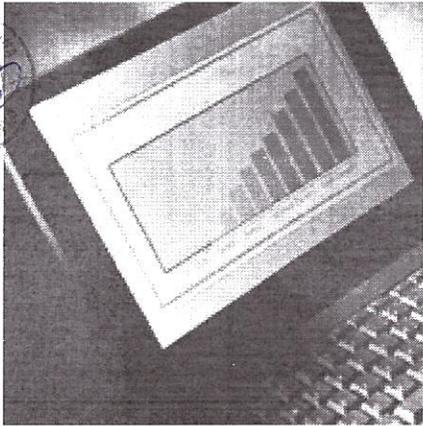
ORGÃOS	CORRENTES – R\$	CAPITAL – R\$	RESERVA	TOTAL
SECRETARIA DE GABINTE	4.746.500,00	24.000,00	0,00	4.770.500,00
SECRETARIA DE GOVERNO	8.232.800,00	2.000,00	0,00	8.234.800,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	19.237.801,00	15.213.000,00	1.000.000,00	35.450.801,00
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	234.300,00	2.000,00	0,00	236.300,00
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURIDICOS	2.485.900,00	2.000,00	0,00	2.487.900,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.261.021,00	770.400,00	0,00	12.031.421,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	868.100,00	0,00	0,00	868.100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	88.656.581,00	2.430.000,00	0,00	91.086.581,00

SINTESE ORÇAMENTÁRIA



SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	5.247.450,00	622.000,00	0,00	5.869.450,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	16.081.300,00	600.700,00	0,00	16.682.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	26.852.170,00	5.365.630,00	0,00	32.217.800,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	2.124.650,00	50.000,00	0,00	2.174.650,00
SECRETARIA DE SAÚDE	93.521.817,00	2.402.000,00	0,00	95.923.817,00
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	4.252.600,00	260.000,00	0,00	4.512.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	20.985.180,00	348.100,00	0,00	21.333.280,00
CÂMARA MUNICIPAL	5.840.000,00	200.000,00	0,00	6.040.000,00
SAE- SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO	800,00	200,00	0,00	1.000,00
FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS	6.166.000,00	0,00	29.625.000,00	35.791.000,00





PPA – 2018 A 2021

LDO 2018

LOA 2018

- **Márcio Gustavo B. Reis**

Prefeito Municipal

- **Rita de Cassia Siste Bergamasco**

Vice-Prefeita

- Equipe Técnica:
- Cristina Ap. Rossi Serra – Secretária de Administração e Finanças
- Daiane Fernanda Ferreira – Diretora Depto. Contabilidade e Orçamento



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

LISTA DE PRESEÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTUDOS DOS PROJETOS DE LEI: Nº 034/2017 – DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021; Nº 035/2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; Nº 052/2017 – ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO, DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO – SAE E DO FUNDO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS – RPPS, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 24 DE NOVEMBRO DE 2017, NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
FILCARO B. BATTONI	PREFEITURA	
David H Neto	VEREADOR	
FABIO FRANCOSCHINI	SEDOC - PREFEITURA	
Malda S. Santana	Secretaria	
Ronaldo Corria Galbato	Município	
Walter Lopy	Vereador	
JOSINO J. SILVA	Dir. de Fin.	
Deiane Ferreira	Operadora	
Geovani da Silva		
Pedro N. Nunes	DIRETOR TÉCNICO DE ASUNTOS	
Marcos Roberto Lemos	Escriturário	
Seigio Leinethin	MOTOCICLISTA	
Meluzza G. Silva	Secretaria AS	
Cláudia Jean Lima	Secretaria de AS	
Nelson M. Oliveira	Sec. de Saúde	
Jose Binelli	Jose Binelli	
Cristina Serra	Sec. Finanças	
FONSO L. SILVA	CAMARA	
Jayana G. Malagutti	Empenhada ISMS	
Fernanda Finkler	Secretaria	
Luis Lourenço Gomes	SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
Edileuza O. Sanchez		
Yvanelene Ferraz	eleitora	
Jeda Maria Tomiello	eleitora	
NIVALDO RIZZO	Eleitor	
Marcos Tomiello	Eleitor	
Antônio Carlos Borbon	Eleitor	
Paulo Sérgio de Moraes	Eleitor	
Luiz Carlos Domingos	Engenheiro	
Rafael Antônio	Esporte	
Osório Luiz R. Jr.	Esports	
Luiz Roberto Rios	Esporte	
Elaine S. Lima	Contabilidade	
Deborahia Borges	Atleta	
Roberto	VIARIA	
Roberta M. M. M.	advogada	
Mateus Sabido	JUDO	
MARCELO ADRIANO	ASOMAS	
João Rito de Freitas		
Stacy Teresinha Amaral		
Osório dos Santos		
João dos Santos		
Reza Selize		
OSÓRIO PIRES CARREIRO		
ALIBAU FANTE	PROJETO TAEKWONDO FANTE	
JOEL DOS SANTOS FANTAS		
JOSE ALBERTO T. DOS SANTOS	DRE CAPTACIÃO	
Luiza Moura	contabilidade	
Maria Rita Elisa Zanato	Sindicato Servidores	

Revanche d'ASS

Xanddy



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública, para estudos Projetos de Lei: nº 034/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021; nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências; nº 052/2017, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 018/2017, datado de 30 de outubro de 2017, realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Cássia Murer Montagner e Rodrigo da Silva Blanco. Presente, também, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito dos Projetos de Lei em estudo. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, sessenta pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Romilson Nascimento Silva fez a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos, dizendo que era sempre bom estar com a Casa cheia para discutir um tema tão importante, que era a questão do orçamento da Prefeitura e também do PPA; a seguir, convidou os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário. A seguir disse que dariam o seguinte procedimento, iria ser feita a leitura dos projetos e que eram três projetos, o trinta e quatro referente ao PPA, o trinta e cinco, à LDO e o cinquenta e dois que era a questão da Receita e fixa a Despesa; e que iriam fazer a leitura desses três projetos, depois iriam fazer a apresentação, pela Cristina Serra que estava na Casa, iria explicar todos os números e depois iriam abrir para a plenária, o pessoal tinha cinco minutos para fazer os questionamentos, e quem estivesse na mesa, no caso da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Cristina, também teria cinco minutos, de certa forma, para responder, o que eles questionassem; disse que antes da Cristina eles iriam fazer uma apresentação ali, também, que eram os objetivos do desenvolvimento sustentável, estaria ali uma pessoa da Prefeitura, para fazer aquela apresentação, que eram os projetos ali também dos quatro anos de Governo, disse que estaria dando início com a leitura dos projetos e determinou a leitura dos seguintes projetos e ofícios solicitando adequações: 1. Projeto de Lei nº 034/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município, para o período de 2018 a 2021; 2. Projeto de Lei nº 035/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências; 3. Projeto de Lei nº 052/2017, que Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2018; a seguir, determinou a leitura dos seguintes ofícios, lendo-se apenas as ementas: 4. Ofício DER Nº 0122/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações PPA); 5. Ofício DER Nº 0123/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LDO); 6. Ofício DER Nº 0124/2017 – dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LOA). Terminada a leitura, o Sr. Presidente disse que iria chamar duas pessoas da Administração para fazer parte da Mesa, e que elas iriam fazer explicações do que eles tinham lido ali sobre a questão a lei e que era a Secretária de Administração e Finanças, a Cristina Rossi Serra, e a convidou para sentar-se na Mesa, e que iriam chamar, também, a Carolina Freire Lima, que iria falar dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e a convidou para também sentar-se junto à Mesa; a Sra. Cristina Rossi Serra cumprimentou a todos, agradeceu a presença de todos, os presentes naquela noite, e que ela iria pedir para a Carol fazer uma breve apresentação para todos dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, porque, na verdade, as peças de planejamento, elas deixaram de ser só uma diretriz para a locação de recursos e de projetos, e que ele resolveram ir além disso, e que ela iria explicar o que isso significava, o objetivo do desenvolvimento sustentável, que era diretamente ligado às ações e projetos governamentais que estavam em andamento, porque estava sendo dada uma atenção muito especial, um acompanhamento do cumprimento dessas metas; disse que eles tinham que, em primeiro lugar, não só



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



estabelecer a meta, mas avaliar e acompanhar o cumprimento das mesmas junto ao Secretariado; a seguir, usou a palavra a Sra. Carolina Freire Lima, Assessora de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, que cumprimentou a todos, se apresentando dizendo que seu nome era Carolina Freire Lima, e que ela era assessora de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura, e que trabalhava no Gabinete junto ao Prefeito, à Equipe da Secretaria de Gabinete, também, e que ela iria dar uma breve explanação para eles sobre o que eram os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda Vinte/Trinta da ONU, e como que eles, enquanto município, enquanto políticas públicas, adeririam a esse planejamento, a essa Agenda Vinte/Trinta, e como esse planejamento estratégico de quatro anos estava inserido dentro das peças de planejamento financeiro do Município, do PPA que a Cris iria entrar em detalhes na sequência; disse que, em primeiro lugar, ela tinha que explicar para todos que os objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda Dois mil e trinta da Organização das Nações Unidas, eles eram compostos por dezessete objetivos, cento e sessenta e nove metas de indicadores globais, e que ia dar um exemplo de indicadores para que todos entendessem do que ela estava falando; erradicação da mortalidade infantil era um dos indicadores; toda população tinha que ter direito a acesso à saúde de qualidade; todas as crianças deviam estar devidamente matriculadas nas Escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio, e assim por diante; e que esses eram alguns dos indicadores; toda população tinha que ter direito à água de qualidade, e assim por diante dentro desses dezessete objetivos que estavam compostos naquele desenho, na tela, naquela roda que todos podiam ver. Como eles aterrissaram isso no Município? Disse que pegaram oitenta e sete indicadores e que esses oitenta e sete indicadores primordiais dentro de políticas públicas, eles foram destrinchados dentro de trinta e sete projetos estratégicos, entre todas as Secretarias, Educação, Segurança Pública, Saúde, Esporte, Cultura, Meio Ambiente, Departamento de Água e Esgoto, Mobilidade Urbana, que era o trânsito, Assistência Social, Planejamento Urbano e Governo, e que todas as Secretarias tinham indicadores e metas globais a serem atendidas, todas, sem exceção de nenhuma, e isso estava distribuído dentro de cada um dos projetos, na ordem em que todos poderiam ver na tela; disse que feito isso, eles destrincharam isso financeiramente; para o Município ter esses trinta e sete projetos estratégicos, o que eles deviam estar se perguntando: "O que isso traz de benefício para o Município?" Primeiro, qualidade de vida para a população; segundo, eles conseguiam atrair mais investimentos para o Município, atingindo essas metas e que isso trazia uma visibilidade nacional e internacional para o Município também; disse que quando eles colocaram isso na distribuição orçamentária desses trinta e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



sete projetos, viam no gráfico: quarenta e sete por cento do investimento estava dedicado à Educação, dezenove por cento para a Segurança Pública, doze por cento para a Saúde, Esporte, Cultura, Mobilidade Urbana, Assistência Social e assim por diante, então o “top três” lá era Educação, quarenta e sete por cento, Segurança Pública e Saúde, daí a pergunta deveria ser: porque Segurança Pública em segundo lugar?, porque lá eles estavam contemplando a questão de cidade conectada e para fazer uma cidade conectada era preciso comprar equipamentos, precisava fazer “update” de software e de câmera existente, precisava comprar câmera nova, então, aquilo custava um pouco mais, por isso que alavancou o custo da Segurança Pública e, na sequência, vinha a Saúde, com doze por cento, com os projetos, “Tempo de Viver”, “Tempo de Crescer” e “Tempo de Cuidar”, que todos já deveriam ter conhecimento, porque teve até o lançamento no Teatro daqueles projetos de prevenção, e lá estava falando especificamente de prevenção, então, quanto mais se investia em Educação, menos se investia em presídios no futuro, e Jaguariúna já estava naquele caminho; falou que a Segurança Pública e o Esporte também já estavam no mesmo caminho; então, era basicamente investimento em prevenção no Município, e tudo aquilo estava locado dentro do PPA, todo aquele Orçamento daqueles projetos estavam alocados no PPA; e sessenta e sete por cento dos projetos já estavam em andamento, já começaram, já conseguiam visualizar, tangibilizar aquilo pela cidade, que tinha a Escola das Artes, o Projeto Campeões, a Escola Amiga, os Projetos da Saúde, o Projeto da Assistência Social, o Projeto que iniciaram na Escola “Franklin”, também, estava lá dentro, que era o combate às drogas e outras violências; alguns, só para saberem, que estavam dentro daquela barra verde, e que vinte e cinco por cento dos projetos ainda não iniciaram por motivos óbvios, porque estavam no primeiro ano do Governo, ainda, então, ainda tinham três anos para poder estar desenvolvendo aqueles projetos; tinha uma faixa de três por centos dos projetos que foram postergados, e que eles estavam previstos para começar no início de dois mil e dezoito e, por uma decisão estratégica, optaram por começar em meados de dois mil e dezoito, ou estava previsto para começar no meio de dois mil e dezoito e iam começar no meio de dois mil e dezenove; comentou que, como não viviam em um mundo perfeito, tinham dois projetos que foram postergados efetivamente, então, ia começar efetivamente em dois mil e dezessete, eles estavam com atraso, e ia começar em dois mil e dezoito, e que aquilo era para todos entenderem como estava o andamento daqueles projetos e como o Município estava aterrissando metas globais dentro da cidade e aquele era o mapa de projetos do Município, para que todos tivessem ciência e aquele mapa já tinha sido reconhecido pela ONU – Organização das Nações Unidas, como uma boa prática Nacional, e que já foram reconhecidos pelo Instituto de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Pesquisa e Economia Aplicada em Brasília, como boas práticas e aquele mapa estava sendo utilizado e redistribuído Brasil afora, como uma boa prática para que os outros municípios pudessem, também, fazer igual e ir naquele caminho de buscar melhores indicadores ao Município e tudo aquilo estava dentro do PPA que a Cristina ia falar mais adiante; a seguir, o Sr. Presidente agradeceu à Carol e passou a palavra para a Sra. Secretária de Finanças para fazer sua explanação; fez uso, então, da palavra a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, falando que como já foi explicado, lido os textos das três peças de planejamento, ela ia dar uma explicação daquelas três peças, qual o objetivo de cada uma delas e a definição delas; disse que o PPA era um Programa de Governo e o Projeto de Desenvolvimento do Município a curto e médio prazo, planejava as ações do Governo para seu mandato e mais um ano do Governo seguinte com o objetivo de garantir a continuidade das ações governamentais, e era uma peça elaborada quadrienalmente, ela era uma peça estratégica e política, não era estática, elaboraram para os três últimos exercícios do Governo atual e o primeiro ano do próximo Governo, ela poderia ser alterada anualmente, tanto pelo comportamento de Receitas de projetos, as necessidades foram levantadas naquele momento, mas aquilo não impedia que ela sofresse mudanças; a LDO era a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela que definia as metas e as obras, serviços a serem realizados a curto prazo, que deveriam constar no Orçamento, ela era uma peça do Orçamento, ela que dava a direção das prioridades do Governo para a Lei Orçamentária, e as duas peças anuais e o PPA era quadrienal, e o primeiro ano do PPA, a LDO e a LOA tinham de estar de acordo com o PPA, nada mais era do que um recorte do primeiro ano do Plano Plurianual; a LOA era uma Lei Orçamentária anual, ela disciplinava todas as ações do Governo, "Estima a Receita e Fixa a Despesa", conforme as Diretrizes estabelecidas na LDO, retratando as metas prioritárias a curto prazo, ela dava a direção para a elaboração do Orçamento, onde iriam ser alocados recursos para atendimento das metas prioritárias do Governo; as três peças de planejamento, como as duas últimas anuais eram um recorte da primeira, os valores eram idênticos, então, fizeram uma apresentação só com os valores, para que não ficasse uma coisa repetitiva, então, constava no PPA, repetia na LDO, depois repetia na LOA, e que lá colocou as três peças e aqueles valores estavam alocados na três peças para o exercício de dois mil e dezoito; as Receitas previstas para dois mil e dezoito, como Receitas Correntes, trezentos e setenta milhões, cento e sessenta e seis, trezentos e setenta; Receitas de Capital cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta, totalizando trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil; as Despesas Correntes, trezentos e dezesseis milhões, setecentos e noventa e quatro novecentos e setenta;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Despesa de Capital, vinte e oito milhões, duzentos e noventa e dois, zero trinta, e Reserva de Contingencia, trinta milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, totalizando trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil; disse que levaram os destaques de algumas Secretarias; falou que a Segurança Pública que a função era o fortalecimento do Sistema de Segurança Pública Municipal, modernização do sistema de trânsito e transporte público, e promoção da ordem e segurança pública, foi orçado para dois mil e dezoito, vinte e um milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta; a Educação, que era a promoção, supervisão e incentivo, execução e apoio ao ensino, no valor de noventa e um milhões, zero oitenta e seis, quinhentos e oitenta e um; a Saúde, revitalização do Sistema de Saúde Municipal, e para a Secretaria de Saúde, foi separado quarenta e oito milhões, cento e vinte e três oitocentos e dezessete e para o Hospital Municipal quarenta e sete milhões e oitocentos mil, totalizando noventa e cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, oitocentos e dezessete; Gestão Ambiental que tratava da ampliação e do fortalecimento do sistema de gestão ambiental, planejamento e coordenação dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, o valor de dezesseis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil; a Assistência Social, promover a equidade e a justiça social, no valor de doze milhões e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e os demais órgãos, tanto o Legislativo Municipal, Cultural e Esportiva, Obras e Serviços e Desenvolvimento Econômico e Fundo de Previdência, duzentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e setenta e oito, setecentos e dezoito reais; disse que fizeram um resumo de todos os dispositivos legais e dentro do quadro de Receitas, tinha Receita Geral, trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil, Receitas de Impostos, duzentos e oitenta e nove milhões, zero vinte e oito e cem, e as Receitas do FUNDEB, trinta e quatro milhões e setecentos; nos aspectos legais começaria pela aplicação na Educação, considerando a Receita de Impostos de duzentos e oitenta e nove milhões, vinte e oito mil e cem reais, aplicação obrigatória constitucional seria de setenta e dois milhões duzentos e cinquenta e sete, zero vinte e cinco, era a aplicação mínima disposta na Constituição, e as despesas com Ensino Infantil Fundamental e FUNDEB, totalizavam noventa e um milhões, zero oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais; tinham as Contas Redutoras que, embora não tivessem autonomia para gastar, ela entrava na aplicação da Educação, quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e oitenta; reduziram os auxílios dos ensinos, que eram os repasses da União e do Estado, no total de quarenta e três milhões, quatrocentos e dez e quarenta e cinco, tinha o total de despesas liquidas de noventa e três milhões, duzentos e trinta e quatro, setecentos e cinquenta, zero cinco, que representava trinta e dois vírgula vinte e seis por cento da receita de impostos; o FUNDEB, a Receita

CR

U.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



prevista de trinta e quatro milhões e setecentos mil e tinha como aplicação mínima obrigatória no Magistério, estabelecida em vinte milhões, oitocentos e vinte mil e as Despesas previstas com o Magistério totalizavam vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta mil reais, representando oitenta vírgula vinte e três por cento do total de Receita prevista pro FUNDEB; a Saúde tinha receita de impostos de duzentos e oitenta e dois, zero vinte e oito e cem, a aplicação obrigatória de quarenta e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro duzentos e quinze; as despesas com a Saúde incluindo a Secretaria de Saúde e o Hospital totalizando noventa e cinco milhões, novecentos e vinte e três, oitocentos e vinte e sete, deduziram os auxílios que receberam de convênios e repasses Fundo a Fundo Federal, no valor de dez milhões, trezentos e sessenta e seis, oitocentos e trinta e cinco e setenta e dois, totalizando as despesas liquidas de oitenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e seis, novecentos e oitenta e um e vinte e oito, que representavam vinte e nove vírgula sessenta por cento da matéria da Receita de Impostos; Despesas com Pessoal a aplicação era no máximo de cinquenta e quatro por cento da Receita Corrente Líquida e o limite prudencial era cinquenta e um por cento, e Receita Corrente Líquida era composta pela receita composta deduzida pelo FUNDEB, desde janeiro até dezembro; Pessoal e Encargos tinha uma previsão de cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e um, oitocentos e sessenta e dois e setenta e sete, que representava quarenta e dois vírgula setenta e quatro por cento da Receita Corrente Líquida prevista; disse que lá colocou uma síntese orçamentária por Secretaria para melhor visualização, a Secretaria de Gabinete, quatro milhões setecentos e setenta mil e quinhentos; Secretaria de Governo, oito milhões, duzentos e trinta e quatro e oitocentos; Secretaria de Administração e Finanças, trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta, oitocentos e um; a Controladoria Geral do Município, duzentos e trinta mil e trezentos reais; Secretaria de Negócios Jurídicos, dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete e novecentos; Secretaria de Assistência Social, doze milhões e trinta e um, quatrocentos e vinte e um; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, oitocentos e sessenta e oito mil e cem; Secretaria de Educação, noventa e um milhões, zero oitenta e seis, quinhentos e oitenta e um; Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove, quatrocentos e cinquenta; Secretaria de Meio Ambiente, dezesseis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil; Secretaria de Obras e Serviços, trinta e dois milhões, duzentos e dezessete mil e oitocentos; Secretaria de Planejamento Urbano, dois milhões, cento e setenta e quatro, seiscentos e cinquenta; Secretaria de Saúde, noventa e cinco, novecentos e vinte e três, oitocentos e dezessete; Secretaria de Turismo e Cultura, quatro milhões, quinhentos e doze e seiscentos; Secretaria Municipal de Segurança Pública, vinte e

ca

uu



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



um milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta; Câmara Municipal, seis milhões, zero quarenta; o Serviço de Água e Esgoto, mil reais; o Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, trinta e cinco milhões setecentos e noventa e um mil, totalizando o valor de trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil para dois mil e dezoito; o Sr. Presidente disse que a seguir, abriria a palavra para perguntas dos inscritos, e que iriam fazer blocos de perguntas de até cinco pessoas; então, o pessoal iria fazer as perguntas e dentro daquele bloco eles responderia, e a idéia era o pessoal ir lá na frente e se identificar e depois fazer o questionamento; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que cumprimentou a todos dizendo que a primeira pergunta dela era sobre as Despesas com Pessoal, que estava estimada em quarenta e dois por cento e setenta e quatro, e perguntou se lá estava incluso a possibilidade daquele concurso e a entrada de mais funcionários? O Sr. Presidente perguntou para a Daniela se tinha mais alguém inscrito, e como não havia nenhum inscrito, a Sra. Cristina Serra respondeu que a questão da contratação estava prevista sim, e estava prevista, também, a questão da evolução funcional dos servidores e tinha uma reserva de contingência em um valor um pouco elevado para que fosse feita a negociação, inclusive para os reajustes de dois mil e dezoito; disse que o fato das contratações tinham uma pequena parte que iria ser feita, e as demais iriam ser feitas com muito critério, porque tinha o comparativo de quarenta e dois que era em cima da Receita, e se tivesse um aumento de arrecadação, abriria margem para mais contratações, para que eles ficassem um pouco longe do limite prudencial, porque quando entravam no limite prudencial tinham de começar a demitir, e começavam a demitir os servidores que estavam em estágio probatório, então, queriam evitar aquele tipo de ação, e que estava quarenta e dois, porém tinham uma reserva de contingência preparada para futuras negociações, o concurso também; a Sra. Rita Granato perguntou se aquela margem de quarenta e dois por cento estava prevista a possível contratação, então, para dois mil e dezoito dava até uma margem razoável para negociação, que era até cinquenta e um por cento, perguntou; a Sra. Cristina Rossi Serra disse que até cinquenta e um, porém, tinha só uma pequena parcela daquele primeiro concurso que ia ter, não ia ser admitidas todas as pessoas, aquele número todo de contratação, porque para mandar um RPA embora, o RPA não tinha os encargos, então, não saía o mesmo custo para eles, e que tinha uma previsão inicial, por isso a reserva de contingência, para ter critério para poder chamar; a Sra. Rita Granato perguntou, ainda, se eles consideravam o RPA incluso naqueles quarenta e dois por cento; a Sra. Cristina disse que ele não estava, mas o Tribunal somava, ele somava MEIS e RPAs; a Sra. Rita Granato disse que gostaria de saber,

u



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



por exemplo, o Gabinete e o Governo tinham valores até altos, ela considerava altos, e perguntou aquela despesa era referente a o quê? A Sra. Cristina Rossi Serra disse que todos os benefícios que eram concedidos para os servidores, grande parte, a não ser Saúde e Educação, cestas básicas, tudo saía da Secretaria de Governo, tinham várias ações e contratos que saíam da Secretaria de Governo; disse que o Gabinete era composto do Departamento de Comunicação, da Rádio, do Fundo Social de Solidariedade, estava tudo incluído lá, então, toda parte de publicidade foi orçada dentro da Secretaria de Gabinete, eram unidades orçamentárias dentro da Secretaria de Gabinete; a Sra. Rita Granato perguntou, então, se poderia estar incluso lá, por exemplo algum equipamento para a Rádio, além da folha de pagamento? A Sra. Secretária Cristina disse que sim, que estava tudo lá, folha de pagamento de Rádio, parte da Comunicação, a parte do Gabinete e do Fundo Social, todos aqueles projetos, as Unidades Orçamentárias estavam somadas lá; a Sra. Maria Rita falou que ela achava alta em comparação a algumas outras Secretarias; a Sra. Cristina disse que porque, provavelmente, só tinha uma Unidade Orçamentária, dentro daquele Órgão, tinham várias Unidades, e o Gabinete não era só o Gabinete do Prefeito, tinham lá quatro Departamentos grandes; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrito, o Sr. Antonio José Ferreira, representando a Terceira Idade; na tribuna o mesmo cumprimentou a todos, dizendo que ele estava representando, principalmente, o vôlei, e que ele gostaria de saber sobre a verba para o Esporte que não tinha ficado bem claro e, também, dizer que eles estavam sabendo que estavam querendo cortar a verba que ia ser destinada ao Esporte, e como ele estava ouvindo lá não ficou bem claro e ele gostaria de saber alguma coisa sobre aquilo; a Sra. Cristina Rossi Serra disse que o valor orçado era de cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove, quatrocentos e oitenta; as atividades que estavam lá, como a Carol colocou no início eram, o "Projeto Campeões", que fazia parte dos objetivos de desenvolvimentos sustentáveis, ele estava em andamento e com proposta de crescimento, porém, maiores detalhes dos projetos que iriam ser executados em dois mil e dezoito ela tinha como chamar o Secretário de Esportes e ele poderia fazer uma explanação daquilo que ele programou para dois mil e dezoito, e foi colocado, mas ela achava que convinha ele fazer uma breve explanação, que seria mais a parte técnica da Secretaria e ela achava que ninguém falaria com maior propriedade do que o Secretário; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Rafael Blanco, Secretário Municipal de Juventude, Esportes e Lazer, que cumprimentou a todos, dizendo ao Sr. Antonio que aquele Orçamento, que foi planejado lá, ele estava exato para manter e ampliar os projetos do Esporte no próximo ano, e a questão do "Viva Melhor" iria ser mantida e ampliada com aquele orçamento, a questão do vôlei adaptado; eles iriam dar toda atenção, na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



questão dos uniformes que eles estavam precisando, e aumentando ali a explanação para os Vereadores, disse que eles trabalharam em um número exato para não ter margem para folga, e iam trabalhar em cima da realidade, não iam pensar em nada mirabolante, mas ia fazer uma coisa de qualidade, bem estruturada para o próximo ano; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, agradecendo a presença da Sra. Cristina mais uma vez na Casa; disse que ele achava que uma grande parcela da população que estava lá naquela noite, era em virtude de algumas informações infundadas que saíram nas mídias sociais, dizendo que eles estariam cortando verbas de algumas Secretarias, e só para deixar claro, disse que estavam no ano de dois mil e dezessete e a verba orçada para o ano de dois mil e dezessete para o Esporte, se alguém cortou não foram eles, para o ano de dois mil e dezoito; viu que no Desporto e Lazer, a verba que destinaram em dois mil e dezesseis, para dois mil e dezessete foi de oito milhões, setecentos e vinte e três, então, se alguém cortou, foi a atual Administração para o próximo ano, confirmou com o Rafael; disse que se ele ia trabalhar com cinco, ele poderia ter a certeza de que os cinco eles iriam garantir, se era o que ele achava que era o necessário, mas era oito já, e achava que o Sr. Rafael deveria ter permitido a diminuição da arrecadação já para o próximo ano, então, não a Câmara Municipal, e o que teve um debate lá e o seu Manoel o ia proceder na fala, era uma dificuldade que estava tendo no Hospital Municipal em obter recursos para pagar as contas do ano corrente ainda, também, para o próximo ano, e saiu ventilando como ele tinha dado a opinião dele que a prioridade seria a Saúde, mas não que eles estariam cortando aleatoriamente as verbas das Secretarias, e dizer que o Orçamento naturalmente, como aquilo que eles vinham falando desde o início do ano, ele tinha aumentado em muito, assim como poderiam ver a projeção dos anos anteriores para o atual, estavam com o Orçamento estimado em trezentos e setenta e cinco, e o Orçamento para o ano atual era trezentos e oitenta e um; a discussão aconteceu porque precisavam de catorze milhões para o Hospital até para o próximo ano, então, era aquilo, para tirar aquela preocupação de algumas pessoas que estavam lá dizendo que iriam prejudicar e fechar as Escolas das Artes, acabar com o Esporte de Jaguariúna, era balela e ele estava falando como um Vereador que estava lá há vinte e um anos, e era conversa fiada, assim como também era uma peça fictícia aquilo que eles estavam discutindo lá, porque enquanto eles estivessem dando o direito para o Prefeito remanejar em vinte por cento o Orçamento, tudo aquilo que eles discutissem lá, amanhã ou depois, ele mudaria ao bel prazer, não só o Prefeito atual, os outros anteriores, e antigamente aquela verba de remanejamento era quarenta, a partir de dois mil e catorze eles começaram a diminuir e chegou a vinte e ele daria até um conselho para diminuir mais



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ainda, e a Cristina não gostava, mas ele achava que a peça tinha de ser a mais fechada possível para que não acontecesse aquilo que ele estava falando, e, talvez, disse para o Rafael, ele tinha oito milhões e ao longo do ano o Prefeito, o ordenador de despesa, que era o Prefeito, ele foi tirando verba do Esporte e colocando para a Saúde, era a prioridade do Governo, era aquilo que acontecia, não só aquele atual, mas os anteriores, e vinte por cento estavam falando em trezentos e setenta e cinco milhões, e se falassem algo em torno de quarenta milhões de reais que o Prefeito poderia tirar de uma Secretaria e jogar para outra, então, tudo que eles discutissem lá e achassem que era prioridade o Prefeito poderia mudar também, oitenta milhões, era muita grana, então, eles estavam tentando canalizar e ele achava que tinham Secretários preocupados, e eles diziam que ia aumentar aqui, ali e fizeram toda aquela discussão, mas amanhã ou depois mudava tudo, não ia mudar o valor que estava orçado, mas aquilo que estava destinado poderia mudar há qualquer momento, de acordo com as prioridades do Governo para o próximo ano, então só para deixar calmo todo mundo, eles não iam cortar nada, pelo contrário, se pudessem ajudar as Secretarias e eles sabiam os clamores delas, e lá era o local de diálogo, e lá era o local de uma audiência pública, onde foi implantada a partir da lei de dois mil, onde tinha de ter a participação popular e era por isso que tinham de fazer audiência pública, para ouvir a todos e tentar lá, como representantes do povo, fazer um Orçamento adequado às necessidades e atender a todas as camadas da população, então, quando eles escutavam lá que estava faltando não sei o que e tinha festa, mas tinha dinheiro para festa também, tinha de ter, por aquilo que existia o Orçamento, tinha dinheiro para a Saúde, para a Educação, para o Esporte, eles tinham de se conscientizar qual era a prioridade, então, ele estava dizendo aquilo porque o Sr. Antonio estava preocupado com a verba do Esporte, pelo contrário, eles não iam mexer pelo menos em valores que lá estavam pré determinados em várias Secretarias mas, além do crescimento natural do Orçamento, tinham lá algumas Secretarias que poderiam remanejar, só para deixar claro para todos, mas não tirar o direito de ninguém; agradeceu a todos; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento disse que só aquela questão da internet, a questão da rede social, ele achava que algumas pessoas davam muita bola para aquilo, e algumas pessoas, infelizmente, estavam sendo guiadas por aquilo e, atualmente, se assistia que as redes sociais, dependendo da pessoa, estava se tornando um verdadeiro Deus, ele achava que tinham de voltar para a história da humanidade, que era discutir as coisas, olhar na cara, então, quando tivesse qualquer dúvida, falasse com o Secretário, fosse naquela Casa, falasse com os Vereadores, porque o objetivo daquela Audiência Pública, como o Fred colocou, era discutir, chamar a sociedade, e a sociedade iria se manifestar,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



eles iam ouvir e era claro que aquilo iria ser votado, mas aquela questão da rede social eles tinham de fazer uma reflexão muito grande, porque, infelizmente, algumas pessoas eram guiadas por elas, e se colocou um negócio lá, já achava que já era cem por cento da população, então, tinham de tomar alguns cuidados para que eles também não fossem para o erro, tinham de refletir bastante, aprender a ir lá na Secretaria, falar com o Secretário, aprender ir na Câmara, falar com os Vereadores, tinham de tomar, realmente, aqueles cuidados, ele achava que a hora era aquela, das pessoas irem, conversarem, debaterem sobre o tema que era muito importante, que era a questão do Orçamento para o Município; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrito, o Sr. Manoel Alberto Barreiros de Azevedo, Superintendente Administrativo da Associação Santa Maria de Saúde – ASAMAS, que cumprimentou a todos, dizendo que o duro era sentar naquela cadeira do réu, que ele estava sentado e todos olhando para ele, e que, na verdade ele não foi perguntar nada, ele só foi dar um esclarecimento, que ele achava que tinha sido muito valiosos na quarta feira passada; perguntou a todos, quem já tinha passado pelo Hospital no ano corrente e na UPA, que levantasse a mão, e que não valia mentir, porque tinha gente mentindo, porque ele estava vendo e ele estava lá todos os dias e tinha gente que passava e não ia, mas tinha muita gente que não levantou a mão e ia, e só para terem uma idéia, passava pelo Hospital por mês, no PS, quinze mil pessoas, na UPA, na média, duas mil, na Especialidade, mais seis mil pessoas, e nos exames de laboratório e de imagem, mais dez mil pessoas, aquilo se eles somassem daria trinta e três mil pessoas por mês que passavam pelo sistema do Hospital Municipal Walter Ferrari, administrado pela ASAMAS, e várias pessoas não levantaram a mão, então, alguém estava passando no lugar dela, porque a cada dois meses, passava pelo Hospital, a cidade de Jaguariúna, e eles atendiam uns compulsórios do Juiz, tinha gente lá que corria atrás dos compulsórios também, então, aquela era a colocação que ele fazia para todos, da quantidade de gente que passava pelo Hospital, ele achava que todos sabiam que os exames de laboratório e imagem de todo o Município, era feito pelo Hospital Municipal também, e os Vereadores, que já tiveram lá, já sabiam aqueles números, e, então, só para tentar chegar em um número, disse que iam passar de um milhão de procedimentos feitos pelo Hospital Municipal Walter Ferrari que, na verdade, não era um Hospital, e sim um complexo hospitalar; disse que, naquela noite, a Sra. Cristina conseguiu esclarecer uma coisa que ele nunca tinha entendido, a hora que ela pegou a Receita do Município e disse que tinham quinze por cento para gastar com a Saúde, naquele momento ela disse que a aplicação mínima para gastar seria quinze por cento, ele disse que, com certeza, se não tivesse o Hospital, os quinze por cento estaria dando, a Secretaria de Saúde usava exatamente para manter todos os postos,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quinze por cento do Orçamento, e ficava muito fácil para as cidades vizinhas, como Holambra, Pedreira, Artur Nogueira, que não tinha nenhum hospital municipal, lidar com os quinze por cento, e que aqui tinha, na verdade, duas Secretarias de Saúde, e ele estava até contente porque os números tinham baixado um pouco, passou para vinte e nove, já esteve em trinta e quatro, então, era só para entender, porque muitas vezes se falavam os números, mas se só tivesse a Secretaria de Saúde, os quinze por cento valia, e perguntou qual a cidade que tinha um Hospital num padrão do que tinha em Jaguariúna e que atendia o número de pessoas que Jaguariúna atendia, ele gostaria que alguém explicasse para ele e que conseguia levar a Saúde com os quinze por cento; comentou que uma outra coisa que ele precisava falar para chegar em dois mil e dezoito, era o orçamento dele de dois mil e dezessete, que estava destinado ao Hospital cinquenta milhões de reais, do qual no primeiro semestre usaram vinte e seis milhões, porque o Orçamento que estava destinado para a ASAMAS, sem nenhum tipo de reajuste, era cinquenta e dois milhões, então, o primeiro semestre, teoricamente sem a UPA, apesar de terem assumido, gastaram vinte e seis milhões, e quando foram assinar o contrato do segundo semestre, aquele contrato baixou para vinte e um, ou seja, do orçamento que tinha do ano corrente, ainda tinha de ter quatro milhões alocados na conta da ASAMAS, e a ASAMAS, para acabar o ano, além daqueles quatro milhões, precisava de mais cinco, porque senão não acabava o ano sem dinheiro; deu um exemplo de um paciente que estava fazendo hemodiálise e não era obrigação do Hospital fazer, nem era obrigação da Secretaria da Saúde, mas não conseguia transferir o paciente e aquele paciente custava a hemodiálise dele, mil reais por dia; disse que tinham três leitos disfarçados de UTI que, oficialmente, não existiam e naquela tarde colocaram o quarto paciente em um leito de UTI, pegando um quarto lá de fora, então, a situação do ano corrente era aquela, a situação para o próximo ano, perguntou como que poderia continuar fazendo a mesma coisa que ele estava fazendo com quarenta e oito milhões, então, alguma conta estava errada em algum lugar, e para chegar naquele valor eles tinham de cortar serviço, e quem tinha de fazer aquele corte de serviço não era a ASAMAS, porque ela era uma empresa contratada, e cortar serviços na ASAMAS não era falar para cortar dois médicos, tinha de cortar, realmente, serviços, por exemplo, se iam cortar pediatria, beleza, iam cortar o raio x, beleza, porque daí tiravam uma equipe inteira, e para quem não sabia, atualmente, eram quinhentos e vinte e cinco funcionários, sendo daqueles quinhentos e vinte e cinco, duzentos e vinte e três médicos que faziam com que eles fizessem funcionar todo aquele sistema de trinta e três mil pessoas que passavam por mês no Hospital e que levava muito orgulho, não só para os funcionários da ASAMAS, mas para todos os munícipes de Jaguariúna; disse que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quando foi criada a ASAMAS no ano de dois mil, ela foi criada exatamente para administrar o Hospital, fazer o Hospital funcionar e ser parceiro, como era até aquele momento, da Secretaria Municipal da Saúde; disse que falaram mais algumas coisas na quarta feira, aquela parceria existia, e começou um boato na cidade de que iria ser contratada uma consultoria, eles não tinham problema nenhum de consultoria, o Tribunal de Contas passava por lá e o que o Tribunal tinha apontado no ano, eles faziam do jeito deles, e o cara que foi queria do outro jeito, e eles iam fazer do outro jeito também, e era só para todos entenderem que a Saúde de Jaguariúna estava gastando noventa e cinco milhões e teriam de gastar quarenta, e tinham duas Secretarias de Saúde, e aquela foi uma opção feita pela população de Jaguariúna, há muitos anos atrás, mantida por todo mundo que já sentou na cadeira de Prefeito, fosse A, B ou C, cada um teve as suas dificuldades e cada um teve as suas soluções, então, na verdade, ele não estava perguntando nada e ele estava informando que a ASAMAS estava do jeito que estava, ela precisava de sessenta e dois milhões, ou então teriam de ter alguém para dizer o que, realmente, iria ser cortado, e lembrando, também, que teriam ainda o custo da dispensa daquele pessoal, e a ASAMAS recebia única e exclusivamente o que gastava, ela não recebia um centavo a mais daquilo que gastava; disse que o cara do Tribunal de Contas esteve lá também e disse que eles eram malucos de administrar aquilo daquele jeito e se fosse outra empresa estaria cobrando doze milhões por mês, e daí ele perguntava como fazer Saúde, com um Hospital da qualidade que tinham, e que tinham problemas, sim, porque não lidavam com três pessoas, e sim, lidavam com trinta e três mil pessoas, os quinhentos e vinte e poucos colaboradores, e aquilo dava um orgulho danado em todos eles, e quando ele usava aquele crachá e saía para a rua com aquele crachá, tinha o maior orgulho em usar aquele crachá; agradeceu a todos; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão agradeceu ao Sr. Manoel; em seguida, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon, que cumprimentou a todos, dizendo que ele tinha duas perguntas para a Cris, mas ele queria rapidinho, cinco minutos para ler uma coisa que ele escreveu para não se esquecer, e que era muito importante a presença de todos lá naquela noite, os Srs. Vereadores, a população e que era muito prazeroso ver aquela Casa, daquele jeito, e que pudessem discutir naquela noite que tinham para o futuro da cidade e que deixassem, naquele momento, os interesses pessoais deles de lado, como votos, interesses de cargos públicos, serem conhecidos no "facebook", e sim, que atendessem os interesses que a população precisava, melhor Saúde, de práticas esportivas, de boa mobilidade urbana, Educação de excelência, ter a oportunidade de empregos, etc..., enfim, ter uma vida repleta de dignidade, e confiava muito no Prefeito, mas que fossem fiscais duros da população, pensando unicamente no ser



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



humano, principalmente, nos idosos, crianças, as pessoas que sofriam por doenças, e que pudessem agir naquele momento, não com o ego, e sim com o coração; naquele momento tinham de ser fiscais mesmos, enquanto Deputados, alguns, muitos, roubavam o dinheiro de todos, a mãe dele aguardava ao lado do telefone, a ligação da UNICAMP, para ela ser chamada para ela lutar pela vida, e se não fossem fiscais rigorosos, ele confiava muito na atual Administração, e sabia que ela estava fazendo o possível para melhorar a cidade, mas tinham sim de serem vigilantes para não deixarem acontecer o que aconteceu com o País; a mãe dele, a doença era grave, mas ela queria ter a oportunidade de lutar pela vida, e ela merecia, porque era um país rico; perguntou para a Cris, que o aumento da Receita para o próximo ano, as vezes diziam trinta e ela dizia dez, e ele sabia que poderia ter passado lá, mas para todos saberem, perguntou qual o número correto em porcentagem, e a Sra. Cristina Serra disse que cada Receita foi considerado um comportamento e lá eles colocavam dez por cento, mas no total, algumas mais e outras menos; ele falou que para deixar claro para os leigos ouvidos, perguntou se existiriam cortes na Saúde; a Sra. Cristina disse que não tinha previsão de corte nenhum, muito pelo contrário, ampliação, justamente, para atingimento até das metas que foram estabelecidas, e eram acompanhadas criteriosamente; o Sr. Cristiano Cecon agradeceu a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos, dizendo que, primeiramente, ele gostaria de fazer uma colocação de que todos os projetos que foram apresentados lá, o Plano Plurianual, a LDO e a LOA, eram um trabalho de um esforço de uma equipe completa, todas as Secretarias estavam imbuídas em fazer aquele projeto, visando as necessidades do Município, visando as necessidades das suas pastas e daí, sim, chegar em números, que números não caíam do céu, eles caíam de ações e projetos, como muito bem foi explicado lá; falou que um outro esclarecimento era a questão do Esporte, e ele já tinha feito até um comentário com o próprio Vereador Fred que, em dois mil e dezessete, eles tinham uma previsão do Esporte em oito milhões e setecentos mil, mas dentro daquele valor estava contemplado quatro milhões para melhorias do estádio e aquele valor foi glosado ou foi cancelado pelo Ministério do Esporte, e era por isso que a Receita que estava lá era de cinco milhões, setecentos e sessenta e nove, ou seja, ainda daquela forma havia um aumento no investimento do esporte, como era previsto para o próximo ano, então tiveram um aumento significativo para o esporte, tirando lá o que não pertencia ao Município e, sim, era do Governo Federal, que não veio para o Município e não seria aplicado no estádio; falou que os recursos planejados iriam atender a toda demanda da cidade, sem que houvesse a necessidade de cortes nos serviços e na qualidade dos serviços prestados, e perguntou à Secretária, para que aquilo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



acontecesse, quais seriam os próximos passos entre a equipe de Governo do Prefeito Gustavo Reis, com os anseios da população e, também, daquela Casa, que tinha por obrigação, como o próprio Vereador falou, que tinha de fiscalizar, e como eles iriam ter a garantia de que aqueles serviços iriam ser prestados e a sintonia iria ser constante ao longo de todo o ano? a Sra. Secretária Cristina Rossi Serra disse que o atendimento de todas as reivindicações, tanto daquela Casa, quanto da população, das necessidades, eles não tinham condições de suprir em um exercício, elas foram todas alocadas dentro dos quatro anos do Plano Plurianual, dos três daquele Governo e um do próximo, e eles tinham também estimado lá o pagamento de algumas dívidas que ficaram, que eles iriam renegociar com os fornecedores em trinta e seis meses, então, eles tinham uma previsão lá de quitação de todos os fornecedores até o final daquele mandato, então, por isso eles tinham de ir um pouco devagar, tinham mais três anos para atingir aquele objetivo, não iria ser tudo em dois mil e dezoito, assim como o pagamento de toda a dívida, e, atualmente, eles tinham pagos mais de quarenta milhões, e tinham trinta e poucos milhões ainda que era para pagar nos próximos três anos, e o papel da Câmara que era de fiscalizar e ela achava que não só financeiramente mas, quanto ao atendimento das necessidades da população e as solicitações que chegavam para a Câmara, e por exemplo, as mesmas reivindicações não chegavam lá na Prefeitura e, normalmente, as pessoas usavam via Câmara para fazerem suas reivindicações, então a idéia era que todas fossem atendidas, desde que tivessem uma condição financeira, e no caso de algumas reivindicações nem implicavam investimentos financeiros, eles pensavam inclusive no melhor atendimento não só da Saúde, mas otimização dentro da Prefeitura, de tudo aquilo que ia protelando ou até sem a otimização de processo perdia muito tempo, então, criava uma sensação de não atendimento à necessidade da população, e por isso que eles tinham a Carol, que chamava os Secretários mensalmente e ela avaliava o cumprimento das metas, daquilo que ele se comprometeu a fazer e, naquele meio, eram encaixadas todas as reivindicações da população e da Câmara Municipal, não todas em dois mil e dezoito mas, estavam fracionando aquilo até o final do mandato; o Sr. Walter Tozzi perguntou, como uma última colocação, que ela como Secretária de Finanças do Município, dava a garantia de que o planejamento que foi feito, realmente iria tender a necessidade do Município em dois mil e dezoito, e a Sra. Cristina disse que eles tinham realmente, em cima daquilo que cada Secretário passou, eles foram bem criteriosos na projeção das Receitas, muito pé no chão para que não houvesse uma super estimativa daquela Receita, para que pudessem atender dentro daquilo que cada Secretário se comprometeu, e mais uma vez ela voltava e dizia que não era uma questão de utilizar aquele X de recursos, mas, sim, gastar bem e ser acompanhado,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



então, as metas de desenvolvimentos sustentáveis, eles tratavam diretamente com a população, foi levantada a real necessidade, e, atualmente, se investia em Educação, como sessenta e sete por cento dos projetos já estavam em andamento, quando se investia em Educação, automaticamente já estavam investindo em Segurança, se tinham projetos da Saúde dentro das Escolas, já reduzia na Saúde, porque também trabalhava muito com a parte de prevenção, então, foi um Orçamento enxuto, tinha a reserva de contingência, e ela achava que era muito seguro para eles, justamente, para garantir o atendimento daquilo que pudesse surgir em dois mil e dezoito, e dois mil e dezenove, vinte e um como ela já falou, o PPA não era uma peça estática, ela poderia ser alterada conforme a necessidade, se não atendeu, em trinta do quatro do ano seguinte, tinha de fazer a LDO para dois mil e dezenove, e já dava para sentir aquilo que ia dar para ser feito, ou não ia dar para ser feito, e já ia contemplar na LDO, automaticamente, aquilo que ia dar para alterar; o Sr. Walter Tozzo agradeceu a explicação e desejou boa noite a todos; a seguir, fez uso da palavra a Sra. Nilma M. de Oliveira, funcionária pública lotada na Secretaria de Saúde do Município, que cumprimentou a todos e disse que a dúvida dela era uma só e deixou bem claro que era a primeira vez que ela participava e ela estava bem atrapalhada ainda, e com relação aos três Postos de Saúde, do Fontanela, Nova Jaguariúna e o do Judite, perguntou porque que na placa estava a previsão de término para dois mil e dezesseis e a dúvida quando ela passava e olhava para aquela placa, e naquela noite ela encontrou o lugar certo para tirar aquela dúvida, perguntando se a verba vinha toda de uma vez só, e porque estava demorando? A Sra. Cristina disse que a verba não vinha de uma vez só, ela era liberada, fracionada, e eles tinham uma meta, um cronograma para aquela construção, e quando atingia a medição de uma etapa, a Caixa Federal ia, fazia a medição, e se estava de acordo, ela liberava a parte daquela medição, daí eles pagavam o fornecedor, e quando a obra sofria um atraso, daí eles pediam o aditamento daquele convênio, então, o iniciou em dois mil e dezesseis, porém, ela não estava finalizada, provavelmente, aguardando algum engenheiro da Caixa que fosse fazer a medição e liberava fracionadamente, e quando ele liberava a parte daquela medição, o Município tinha de pagar o valor que vinha da medição, que liberava para a empresa, e a Prefeitura entrava com a parte da contrapartida; a Sra. Nilma perguntou, ainda, se a LDO de dois mil e dezoito, também, estava no cálculo do funcionalismo? Eles tinham uma porcentagem? Foi incluída naqueles cálculos? A Sra. Cristina disse que eles incluíram, como ela respondeu para a Rita naquela noite, havia uma previsão, eles fizeram uma reserva de contingência, para que eles conseguissem sentir a questão dos índices, o comportamento dos índices, deixaram uma reserva iria ter contratações, então, a previsão exata dos índices que estavam lá, eles deixaram



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



meio que aberto, porque eles tinham de sentir em janeiro com uma parte das contratações para a Educação, iam ver quanto ia aquela folha, até março eles já teriam uma direção para aquele reajuste; a Sra. Nilma disse que a data base deles era março; disse que outra sugestão que envolvia custos, como Jaguariúna tinha o símbolo "Município Verde e Azul" e ela era apaixonada por tudo que dizia respeito à natureza, ela esteve pensando que, como a Faculdade tinha o curso de Engenharia Ambiental, a cidade era muito bem dividida e inspecionada, e ela já trabalhou um ano na inspeção da dengue, perguntou se utilizasse aquele mesmo mapa e fizesse um convênio com a FAJ de doação de multas, e pegasse a pessoa na casa, dizendo que estavam lá com uma condução, com a muda, para fazerem o plantio na calçada da pessoa, e se algum dos Vereadores tivesse interesse, ela poderia dar mais sugestões; o Sr. Presidente Silva, disse que toda as quartas-feiras eles tinham reuniões das Comissões na Casa e, geralmente, eles sempre recebiam alguém da comunidade, então, ficava o convite para a Nilma participar; a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que tiveram uma reunião na quarta feira com a intenção de entender um pouco mais do Hospital e da Saúde, então, por isso que saiu alguns boatos de que eles mexeriam em recursos, em verbas de outras Secretarias, mas, simplesmente, a intenção deles, o objetivo deles, era não deixar fechar nenhum serviço do Hospital e, naquela conversa a própria Secretária, quanto o Presidente do Hospital, o Sr. Manoel, que deixou muito claro que para manter os serviços que tinha atualmente oferecido pelo Hospital, era necessário os sessenta e dois milhões, e a dúvida dele era que, naquela noite eles viam um orçamento da mesma forma que viram na quarta feira, e da onde estava pensando de tirar aquele recurso para poder manter o Hospital? Porque pelo consenso do próprio Poder Publico, na quarta feira era sabido que não ia fechar nenhuma especialidade do Hospital; a Sra. Cristina Rossi disse que não tinha nenhuma previsão de onde tirar, e eles aceitavam sugestões dos nobres Vereadores, porque o maior montante de reserva era do RPPS, e o que tinha disposto em Orçamento eram os quarenta e sete e oitocentos; o Sr. David disse que não eram suficientes, então, era bom deixar claro para a população que eles não estavam querendo fechar nenhum serviço do Hospital, mas era o Poder Público que, simplesmente, separou aquele recursos para o Hospital, e eram apenas quarenta e oito milhões, eles estavam falando de vinte por cento para a manutenção do Hospital e vinte por cento eram bastante leitos, então, teve uma única Secretaria que tinha dito que mexeriam na pasta dela, que era a Secretária de Cultura e que muito o espantava dela não estar na Casa naquela noite, porque ela estava tão preocupada com a pasta dela, ela teria de estar na Casa para representar, como ele estava vendo diversos, que estavam de parabéns por estarem presentes;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



disse que a intenção deles, naquela Casa, era cuidar da Saúde da população e ele achava que aquela Casa não usou de situação ou oposição em momento nenhum, tanto que não foi feito nenhum alarde na reunião, e que foi uma reunião muito salutar e teve bastante participação dos responsáveis pela ASAMAS e pela Prefeitura, e conseguiram entrar naquele consenso de que para manter o Hospital eram sessenta e um milhões, e para todos terem uma idéia, se mantivessem como estava, a UPA teria de ser fechada, e aquilo não era o David que estava falando, mas era o Orçamento, e ele era contra qualquer fechamento que tivesse de fazer, principalmente, na área da Saúde, então, ele achava que aquela Casa tinha de se reunir antes da votação, ele não sabia de onde teriam de retirar, ele não sabia se dava para remanejar, mas da forma como estava ele achava bem inviável a continuidade da Saúde de Jaguariúna, porque o Hospital da cidade era a grande referência e retirar vinte por cento do recurso, com certeza, era afetar diretamente a população de Jaguariúna; agradeceu a todos; a seguir, fez, novamente uso da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Maria Rita Elisa Granato; que mais uma vez cumprimentou a todos e disse que a Cristina tinha falado que tinham um saldo de dívida de trinta milhões e na última audiência pública das metas fiscais, ela citou que teria dívida ativa de quase cinquenta milhões; a Sra. Cristina Rossi disse que a dívida ativa eram créditos, a Sra. Rita falou em valores, a Sra. Cristina disse que estava em torno de cinquenta milhões; a Sra. Rita perguntou que se tinham cinquenta milhões de dívidas, aquilo era que as pessoas estavam devendo para o Município, perguntou, e tinham trinta a pagar, e quais as ações que estavam sendo feitas para que aquele recurso voltasse para os cofres públicos? A Sra. Cristina disse que tinham o REFIS que foi prorrogado, uma boa quantidade de pessoas já procuraram o Departamento para parcelamento, mas tinham um sério problema, que a pessoa ia e pagava uma parcela e parava de pagar; então, se a pessoa tinha um parcelamento em torno de cinco milhões, provavelmente, setenta por cento daquelas pessoas acabavam que pagavam a primeira, a segunda parcela e justamente o REFIS foi prorrogado porque tinha um alto índice de pessoas que já haviam parcelado e que não estavam pagando os parcelamentos, por ene motivos, se a pessoa perdeu o emprego, ela não ia deixar de pagar a energia elétrica, então, ela ia deixar de pagar a Prefeitura, a dívida ativa, então, a inscrição na dívida ativa não era específica só de impostos, tinha de taxas também, a área de saneamento já estavam tomando algumas medidas, tanto do REFIS, quanto a exigência de que o munícipe quitasse a conta dele em dia, e não tinha outra forma senão cortando a água, então, as medidas para que se recuperasse elas eram lentas, e as medidas para que as pessoas também pagassem em dia, elas também eram agressivas em relação à população e tinham de serem feitas com muito critério, então, eles estavam mudando

CS

M



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



o sistema deles, para que as questões de ações judiciais, fecharam com a empresa e ia sair a publicação para mudar o sistema que fazia todo aquele levantamento, com a maior precisão, e as ações demoravam, era uma mudança cultural e para que mudassem uma cultura, boa parte das vezes tinha de mexer no bolso da pessoa, então, tinha de ser feito com critério, não poderia ser simplesmente dizer que ia cortar a água e ponto, e como ela falou, a pessoa, às vezes, não tinha condições, e se dissessem: “Ah, mas ela não tinha quarenta reais?” Disse que não tinha e não era difícil ver, atualmente, uma pessoa que não tivesse quarenta reais, então, as medidas estavam sendo efetuadas, sim, estudos estavam sendo feitos, levantamentos precisos do que se tratavam aquelas dividas, se era a parte empresarial, a questão de taxas, de recolhimento, as leis que concederam isenções para algumas empresas, estavam sendo revistas, mas eles tomaram pé da situação naquele momento, então algumas situações eles já resolveram, outras estavam sendo estudadas; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que, primeiramente, ele queria fazer um esclarecimento de que o Executivo tinha encaminhado o PPA e a LDO para a Casa e eles chegaram antes do que a Lei Orçamentária e como tramitava na Casa, um projeto que alterava a estrutura administrativa do Município, no PPA e na LDO constou uma Secretaria a mais e como o projeto foi retirado, ela não existia, e o projeto da Lei Orçamentária veio da forma correta, com as catorze Secretarias, por isso que a Comissão solicitou ao Executivo para que encaminhasse para a Câmara, para a Comissão aquelas alterações na LDO, que foi lido no final, e por isso que tinham algumas divergências na LDO e na Lei Orçamentária; falou para a Cristina que ele deu uma olhadinha na Lei Orçamentária em relação ao investimento, eles estavam enfrentando um problema e vários Vereadores já falaram na tribuna em relação ao tratamento de água, abastecimento de água, e alguns bairros estavam sofrendo com o abastecimento de água e pelo que ele olhou na Secretaria Competente, no Meio Ambiente, ele não percebeu nenhum investimento naquela área, ele não sabia se poderia estar na Secretaria de Obras, então, era importante eles estarem dando uma olhada em relação àquilo, e era uma pergunta, e a outra pergunta, que o Fred tinha falado a respeito da Receita do Município, eles estavam acompanhando lá, e como o Cristiano falou, se pegassem no site da Secretaria da Fazenda, eles conseguiam comparar a Receita do ano anterior, com o que estava sendo arrecadada, atualmente, até outubro foi em torno de trinta milhões, que correspondia a trinta e quatro por cento, o que a Cristina disse no geral, que tinha aquele crescimento de dez por cento, porque as outras Receitas não acompanharam o crescimento que teve em Jaguariúna, em relação ao ICMS, que o índice aumentou, vinte e cinco por cento, em relação a dois mil e dezesseis, para dois mil e dezessete, pelo que ele deu uma olhadinha, o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



provisório estava mais ou menos quase o mesmo percentual, um pouquinho a mais, e aqueles trinta e quatro milhões de acréscimo seriam outras Receitas que estariam melhorando ou a previsão da economia do país que acabava refletindo também a inflação, e aquela era outra pergunta; disse que outra coisa que ele queria passar era que no final do ano eles poderiam destinar seis por cento do imposto de renda ao Fundo da Criança e do Adolescente, então, seria importante uma campanha naquele sentido, porque muita gente não sabia, apesar de sair mensagem na televisão, então, quem fazia a declaração ia saber mais ou menos como estava fazendo, e quem não sabia, para procurar o contador ou o escritório que fazia, porque no final do ano poderiam doar seis por cento do imposto, que aquele imposto era dinheiro do Governo Federal, e a única diferença era que teriam de antecipar aquele pagamento dos seis por cento, então, seria importante a Prefeitura estar fazendo aquela divulgação que ajudaria o Fundo da Criança e do Adolescente; disse que ele já fez as contas dele e ele ia poder doar um pouquinho, e como ele trabalhava em Holambra, ele poderia doar em Jaguariúna e em Holambra também, e ele fazia meio proporcional à população, que aliás, disse que estava crescendo em torno de mil pessoas por ano, então, era bastante, por isso a importância em relação ao investimento com relação à água, ao Hospital como o David falou, ele não sabia, ia ter de estar procurando um recurso em relação àquilo, e falar para o Presidente Romilson, que a Câmara, o dinheiro que ela não usava, ela devolvia para o Executivo e não tinha como a Câmara falar para usar em tal coisa, e era responsabilidade do Executivo para usar o dinheiro; e pediu ao Romilson para dar uma olhadinha no Orçamento do ano corrente, pediu para o financeiro fazer uns cálculos e ficar o Orçamento da Câmara, próximo do que ela iria utilizar, daí poderiam fazer uma emenda naquele sentido e disponibilizar aquela sobra ou para a Saúde, ou então para o Meio Ambiente, em relação ao problema da água, então, pediu para o Romilson dar uma olhadinha porque, às vezes, o Executivo estava precisando do dinheiro e se ele pudesse, porque a Câmara estava com o dinheiro parado, e ela investia o dinheiro dela, aquilo era obrigatório, e depois devolvia o que sobrou e os juros que rendeu, mas ele achava que seria importante a Câmara ficar com o Orçamento que ela ia estar utilizando, daí eles dariam aquela demonstração que ele achava importante, daí não tirariam de nenhuma Secretaria e tirariam da Câmara, se fosse possível. A Sra. Cristina Serra disse que sobre a questão dos investimentos no Departamento de Água, também estava sendo feito um projeto pelo Régis, que era Diretor do Departamento de Água e Esgoto, porque estavam vendo nos últimos dias muitas reclamações com a falta de água e, que, naquele dia foi conversado com ele e ela não sabia se ele estava presente, não estava, mas que seria interessante que fosse esclarecido; a Secretária agradeceu, também, pelo dinheiro



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



porque seria muito bem vindo e que a prioridade do Governo seria aquelas duas situações mesmo, o que o Bozó havia falado foi bem colocado e, naquele dia foi conversado com o Diretor e que já tinha alguns projetos para solucionar o problema da água e para a Saúde, também, e que aquele dinheiro seria muito bem vindo e passaria para o Hospital; usou a palavra, novamente, o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo ao Romilson que ele não sabia quanto a Câmara iria devolver, pelo que ele tinha visto, se não estivesse enganado, o acréscimo do Orçamento da Câmara era de oitocentos mil, para dois mil e dezessete e para dois mil e dezoito, disse ao Romilson, se pudesse fazer aquilo seria importante; pediu a palavra, novamente, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto desejando boa noite a todos e dizendo à Cristina com relação à Lei Orçamentária, no artigo vinte e dois, as leis anteriores projetavam uma antecipação da Receita, da ordem de cinco por cento, então, perguntou porque estava aumentando para quinze? Naquele momento, usou a palavra a Sra. Secretária dizendo que não saberia responder para ele e que teria sido erro de digitação; voltando a palavra ao Vereador, disse que não poderia ter sido porque tinha sido escrito quinze em numeral e escreveu por extenso, ficando assim: "O Executivo poderá contratar operações de crédito", ou seja levantar Recursos; com a palavra a Sra. Secretária que disse que na anterior estava quinze e o Vereador Alfredo disse que estava cinco, ele tinha pego o do ano anterior e estava cinco, por antecipação da Receita até o limite de quinze por cento, a Secretária disse que iria rever; o Vereador, ainda, disse que era quinze por cento da Receita Corrente Líquida, estavam falando algo em torno de quarenta milhões, era só para esclarecer... havendo manifestação, o Vereador Alfredo CHIavegato Neto disse que aquilo era outra questão, mas, que estava quinze por cento; voltando, novamente, com a questão da Saúde, porque era realmente o que estava chamando a atenção, provavelmente, o que o Sr. Manoel havia falado lá, com quarenta milhões ele não conseguiria manter o serviço que fazia o Hospital e, conseqüentemente, com a UPA, então, no entender dele, a UPA, no ano de dois mil e dezoito não seria vinte e quatro horas, não tinha a previsão, pelo menos, no ano de dois mil e dezoito ser vinte e quatro horas, era aquilo? A Sra. Secretária disse que, inclusive, o Sr. Manoel tinha esclarecido a parte estrutural da UPA que não teria condições; o Sr. Vereador Fred disse, então, se não arrumasse recursos para a UPA e até tinha brincado com ele que se tivessem aqueles dois milhões a mais, se a UPA voltaria a funcionar vinte e quatro horas, e ele também não garantiu com aquele Recurso; a Sra. Secretária disse que eram problemas estruturais; então, o Vereador disse que estava preocupado com aquilo porque precisavam, realmente, alocar Recursos para a Secretaria de Saúde e, conseqüentemente, destinado à ASAMAS, também; perguntou ainda dos Recursos que estavam destinado para a Saúde, de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quarenta e oito milhões, os Postinhos que estavam, principalmente, o da Roseira e do Zambom, iriam funcionar em dois mil e dezoito? A Sra. Secretária disse que sim, que a intenção era de abrir os Postos; voltando a fala o Vereador, ele disse que o patrimônio estava lá parado e seria interessante se eles funcionassem o quanto antes; mas o que chamava a atenção e ele voltava a dizer aos Pares e também à população presente, o Município de Jaguariúna, se fosse comparado com a maioria dos municípios da média populacional, enfim da região, ele achava que fosse o único que teve um aumento de arrecadação da ordem de dez por cento, tinham um Orçamento de trezentos e quarenta e cinco...hum milhão para aquele ano e estava indo para trezentos e setenta e cinco milhões, graças a um trabalho feito anteriormente para atração de empresas e investimentos no Município e quando falava que o Município estava melhorando e iria ficar saudável em breve, iria, poderiam ter certeza que iria, recurso tinha era só saber administrar, eles sabiam que o Executivo estava tentando fazer o máximo a cumprir com os compromissos dele, muito se falava em dívida, mas era bom quando estava lidando com funcionário público e muitos funcionários públicos eram de carreira e dizer que aquela dívida não era de hoje, ou foi herdada, ela tinha sido herdada de outras administrações e veio para aquela e, realmente, não estavam conseguindo cumprir e veio para a nova Administração; ele sabia que a Cristina não podia falar muito mas, enfim, as dívidas vieram protelando ao longo dos últimos cinco anos, só que o Município tinha dinheiro para pagar, principalmente, porque as dívidas eram a longo prazo, não era pegar trinta milhões do orçamento tirar e pagar a dívida, não era daquela forma, se fosse dividir aquela dívida ao longo de trinta e seis meses, que findava a proposta para aquele Governo, estavam falando em um milhão de reais dali até trinta e seis meses; então, não era um absurdo para um Município que, realmente, arrecadava da ordem de trezentos e setenta e cinco milhões, cabia ser bem administrado e colocar os serviços públicos a contento da população; disse que eles ouviam aquilo e foi dito lá, até por um munícipe que tinha feito uma pesquisa sobre a participação deles, como Vereadores, dizendo que o clamor da população era a Saúde, na pesquisa do munícipe, que a grande preocupação da população era a Saúde, então não adiantava ter um bom condicionamento físico se amanhã ou depois tinha que cair no hospital, iria cair na Saúde, então, tudo dependia de uma boa saúde assim como, também, políticas para que as pessoas tivessem uma vida cada vez mais saudável, aquilo envolvia todas as áreas do Município., mas ele ficava feliz de estar discutindo uma peça orçamentária com a população onde se via um horizonte legal para o Município; o Município em breve, com a Sky funcionando, ele tinha certeza que a arrecadação iria dobrar e que voltariam em tempos de outrora, cabia, realmente, ter um pouco de pé no chão, esperar mais um pouquinho aquele momento de crise



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



passar, trabalhar com os investimentos que precisavam trabalhar naquela áreas vitais que no momento era saneamento básico e a área da saúde que ao ver dele, era primordial, principalmente, a questão da água; ressaltou que em sete meses daquela Administração, conseguiram ser o primeiro Município da Região Metropolitana, quiçá o sétimo do Estado de São Paulo, na questão ambiental, era sinal que alguém em sete meses, ou alguém lá atrás tinha pensado que aquilo traria um grande benefício para o Município; então, a questão ambiental sempre foi tido com muito cuidado e que era reflexo em todas as outras áreas, também, ele achava que tinham no Município uma das maiores áreas verdes por metro quadrado e por população da Região Metropolitana, aquilo era muito importante, sinal que o Município era bem distribuído naquela área e dizendo que todo aquele investimento, principalmente na área de meio ambiente, ele sabia que era importante, tinha que ser cada vez mais fomentado pelo Executivo, por quê? Eles estavam com uma obra que todo mundo sabia que era a questão de estar cem por cento do tratamento de Esgoto em breve, se aquilo fosse concluído seria um ganho para as futuras gerações, impressionante, que aliviaria em todas áreas e despesas, principalmente, na área de saúde; assim como a Assistência Social tinha o papel dela, todo mundo tinha o seu papel, eles discutiam lá prioridades e o que eles pensavam no momento e estavam tentando arrumar Recursos e que tinha sido falado em uma reunião, era, realmente, para a área de Saúde e para a área de Saneamento Básico; então, se alguma pessoa tinha entendido mal, que estava lá querendo cortar o trabalho, pelo contrário, estavam lá, realmente, para ajudar; ele voltava a frisar, se eles não tivessem consciência e que não iria fazer aquilo no momento, ele achava que vinte por cento para aquela nova Administração que tinha iniciado aquele ano e para o ano vindouro, tinha que manter aqueles vinte por cento de remanejamento mas, ao longo daqueles próximos anos tinha que diminuir aquilo, gradativamente, para que a Câmara Municipal fosse mais acionada em momentos difíceis, por quê? Disse que se eles discutirem um Orçamento e depois precisaria mudar, não iriam alterar nada para a Cristina e para o ordenador de Despesa, só tinha que mandar uma lei para a Câmara dizendo que precisava tirar o dinheiro do Esporte e aquilo ficava claro para tudo mundo saber, precisava tirar o dinheiro do Esporte para investir em Saneamento Básico, a Câmara concordava com aquilo? A Câmara concordava e a cidade ficaria sabendo porque ali era um local de discussão; então ele voltava a dizer, eles tomaram na última Administração, aquele índice era quarenta por cento, então, por isso que ele falava que, às vezes, tinha uma peça fictícia de Orçamento porque alguém poderia mudar a qualquer momento, ele não estava falando do Prefeito "B" ou "A", pelo amor de Deus, os futuros Prefeitos que viriam também, eles tinham que ser mais, aí que estava o papel da Câmara em controlá-los,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



não que eles quisessem ter o controle da Administração, mas o clamor da população chegava até eles, precisava de saneamento, agora se lá não pensava da mesma forma como eles, realmente, ficava difícil para eles trabalharem em conjunto; então, tinham que ter uma peça mas, como a Cristina havia falado, procurar fazer uma peça enxuta como foi feita aquela e ele esperava que os trezentos e setenta e cinco milhões fossem arrecadados para o ano vindouro, porque muitas coisas poderiam acontecer, estimavam trezentos e setenta e cinco, propunham as Despesas, arrecadava trezentos e cinquenta e ficava vinte e cinco milhões de débitos, porque faziam as Despesas de acordo com a Receita, eles estimavam e a turma saía gastando com as ideias, enfim, planejamentos, mas, ele esperava que todas as peças Orçamentárias, ultimamente tinha chegado próximo; naquele momento o Vereador perguntou, se naquele ano, chegaria próximo ou daria excesso de arrecadação? A Sra. Secretária Cristina Rossi Serra disse que chegaria muito próximo; voltando a palavra, ele disse que chegaria bem próximo da arrecadação, então, ele acreditava que tinha sido estimado trezentos e quarenta e um milhões e que arrecadariam próximo àquilo, então, as peças Orçamentárias teriam que ser aquelas e voltava a dizer, não caberia a eles estarem discutindo se aqueles números continuassem muito alto, não tinha porque discutir, ouvir o clamor, se amanhã mudava, aquele era o pensamento dele como Vereador e gostaria de deixar como sugestão, não, para o próximo ano porque tinham que analisar, porque nesse ano o Prefeito tinha trabalhado com o Orçamento do ano passado, que não era dele, no momento foi ele que tinha feito, através da equipe dele, foi ele que tinha feito para o próximo ano e mantiveram os vinte por cento e que não iam mexer naquilo só a questão dos quinze por cento que ele queria rever o porque daquilo mas, para o próximo ano se pudesse chegar a quinze, no outro dez, ele achava que seria vital para as futuras gerações e para as futuras Câmaras Municipais terem mais controle de onde seria canalizado os Recursos do Município e qualquer mudança acima daquilo que solicitasse a Câmara Municipal e a sociedade ficaria sabendo porque estariam tirando dinheiro do Esporte e jogando para a Saúde, ou tirando dinheiro do Governo, ele tinha visto que a Nenê tinha ficado brava, tirar o dinheiro da Secretaria de Governo eles sabiam, ele gostava de falar porque ouviam muita reclamação da população perguntando "porque não colocavam dinheiro não sei aonde, ficavam vendo festas, ficavam vendo shows", tinha dinheiro para tudo, tinham pessoas que estavam no Hospital precisando de atendimento, sim, mas tinham jovens que queriam festas, ou queriam show, enfim, tinha que fazer um Orçamento que atendesse a grande maioria da população mas, no momento, tinham uma prioridade premente que era o Hospital e, pelos menos, o que eles tinham percebido lá na Audiência Pública quem estava chorando por Recurso, ele queria ser o Silvio Santos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



perguntando quem queria dinheiro e, realmente, o Manoel e a Renato por parte da Secretaria de Saúde, a Secretária não estava presente, mas que tinha sido muito bem na quarta-feira, tinha dado todo o apoio para que conseguisse Recursos pedindo para tentar fazer mais com menos, eles sabiam que era difícil, mas tentariam ajudar da melhor maneira possível; então, ele gostaria de agradecer a presença da Cristina mais uma vez, era difícil e chato ficar falando números mas, infelizmente, naquelas horas eram só números mesmo, detalhes da legislação, ouvir algumas situações que a população colocava, mas em nenhum momento fazer de situações que eles discutiam lá, fazer daquilo massa de manobra, queria dizer, de uma certa forma pressionar a Câmara, não era aquele o objetivo, aquela Câmara sempre foi aberta ao diálogo e era lá que tinha que ser, realmente, o diálogo e de uma forma espontânea, ouvir dizer, ele estava há vinte anos, que viessem perguntar para ele, para o Vereador se era verdade aquilo, que perguntasse para o representante, Diretor, Secretário, enfim, para ver se procedia porque no momento era muito boato e acabava denegrindo a imagem que já era denegrada dos políticos e eles eram pessoas da sociedade, que viviam e conviviam no dia a dia, queriam o melhor para o Município, não era para ter dúvida daquilo; o Município indo para a frente e eles tinham orgulho do Município e ele falava com muito orgulho dele, sabia que era um Município diferente de qualquer outro da região por tudo aquilo que conviviam no dia a dia e tudo o que ele propunha para a sociedade, então, tinha que mais era zelar por ele e brigar por ele cada vez mais, e que não ganhavam nada difamar ou tentar fazer, de uma certa forma, estragos, enfim, ele esperava, realmente, que pudessem estar lá sempre tentando solucionar os problemas que as pessoas vinham passando para eles ao longo do tempo, agradeceu; o Sr. Vereador Afonso Lopes Silva disse que o próximo inscrito era o Vereador David Hilário Neto e que, na fala dele, encerraria as inscrições, então, as pessoas que fizessem as inscrições durante a fala do Vereador; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Vereador David Hilário Neto desejando boa noite mais uma vez, dizendo à Cristina que ele estava pensando, se ela tinha o número de quanto tinha sido pago de dívida para o ano de dois mil e dezessete; A Sra. Secretária disse que, entre restos a pagar e alguns dos parcelamentos de encargos que tinham na Dívida fundada, era em torno de quarenta e dois milhões; o Sr. Vereador David Hilário Neto perguntou se era confirmando que foram pagos no ano de dois mil e dezessete; a Sra. Secretária disse que confirmando que foram pagos nesse ano e a proposta era em janeiro, a questão das dívidas que o Município tinha em relação a fornecedores, de apostilamento, e tal, era a proposta de parcelarem em trinta e seis meses; o Sr. David Hilário Neto perguntou de quanto eram os Restos a Pagar, se era para o ano que viria de dívida; a Sra. Secretária disse que, de Restos, aquilo que estava empenhado, no momento, de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



tudo que tinha vindo de nota fiscal e não pagaram, era entorno de dez milhões; o Vereador David dizendo que tinham uma dívida de cinquenta empenhado e faltavam quarenta e faltaria dez, era aquilo? a Sra. Secretária disse que não, daquele ano era outra coisa, ele estava querendo dizer o que tinha ficado? Disse que ela tinha em torno de setenta e quatro, tinha pago quarenta e dois e tinha em torno de trinta e quatro, trinta e cinco milhões; o Sr. David Hilário Neto perguntou se mantivesse tudo sobrava dez? A Sra. Secretária disse que não, que teria que parcelar aquilo como o Fred tinha colocado, a proposta era, de repente, em dois mil e dezenove que a Sky estaria a todo vapor e a ideia deles, se possível, era quitar tudo; o Vereador David disse que, naquele ano, conseguiriam pagar trinta; a Sra. Secretária disse que em dois mil e dezessete pagaram mais de quarenta; o Vereador David disse que pagaram mais de quarenta e para o próximo ano, iria parcelar em trinta e seis e teria um gasto dos dez? A Sra. Secretária disse que era aquilo, um milhão, mais ou menos; o Vereador David disse, então, que tinham um sobra, entre aspas, de trinta milhões que foram remanejados por outras Secretarias, aquilo estava correto? Era um dinheiro que não tinha naquele ano e que tinha sido pago em dívida e que, no próximo ano não teria aquela conta para pagar? A Sra. Secretária disse que tinha os trinta e seis que iriam parcelar; o Vereador disse em parcelar mas para o próximo ano? Continuando a fala, a Sra Secretária disse que tinha o custeio da máquina, que também, todo mês tinha um compromisso, eram compromissos, não tinha virado dívida ainda; o Vereador David disse à Secretária, se ela concordava com ele que dos quarenta, daquele ano, só pagaria dez para o próximo ano e, trinta milhões, que não conseguiram investir naquele ano iria ter para investimento para o próximo ano? A Sra. Secretária disse que tanto o Orçamento estava maior, mais de trinta milhões; o Vereador David disse que daria para conseguir aquela verba para a Saúde; a Sra. Secretária disse que, não, estava distribuído; o Vereador David disse que, quando a Secretária havia falado que era legal dar a ideia de remanejamento, ele achava um pouco complicado partir, diretamente daquela Casa, porque quem sentia a dificuldade na pele eram os próprios Secretários; a Sra. Secretária disse que eram; o Sr. David Hilário Neto acreditava que aquela decisão, aquela Casa sabendo da dificuldade, era a saúde, era o Hospital, ter a reunião com os Secretários para poder e ver onde seria remanejado, porque era complicado falar para tirar da Assistência, do Esporte, do Turismo, mas não sabiam do planejamento, qual era o custeio do dia a dia, não sabia quantas demandas de cestas, não sabia quantos atletas eram atendidos, então, era um pouco complicado, simplesmente, tirar números daquela Casa porque todo mundo tinha colocado o que iria necessitar para o próximo ano, então, partir daquela Casa a decisão, em última instância seria o caso, mas, não seria oportuno para conseguir ter um Orçamento



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



controlado para o próximo ano e que atendesse aos anseios da população e dos Secretários como um todo, ele não sabia se aquela reunião poderia acontecer antes mesmo da votação que iria ser dali dez dias, se ele não estivesse enganado, no dia cinco, o que segurasse mais uma sessão para poder ter aquela resposta para a população como um todo; outra dúvida que ele tinha, voltando à questão da Cultura, ele estava dando uma olhada rápida, o Orçamento daquele ano para a Cultura tinha sido de dez e oitocentos, para o próximo ano tinha caído quatro milhões e setecentos, não foram eles que tiraram aquele dinheiro, o que tinha acontecido? A Sra. Secretária disse que era a mesma questão que o Fred, ele não sabia quem tinha colocado que tinha uma parcela que era Convênios, tinha sido o Waltinho; o Vereador David perguntou se tinha um Convênio de seis milhões? A Sra. Secretária disse que tinham Convênios que estavam estimados lá, mas o da Secretaria, o enxuto, tinha caído um pouquinho; o Vereador David disse que estava perfeito e disse para a Secretaria para buscar Recursos fora para manter os dez milhões, era basicamente aquilo e se pudesse ter aquela reunião com o Prefeito e se os Vereadores fossem convidados estariam, com certeza, participando para conseguir solucionar aquele problema e, se algum outro Secretário achasse também oportuno, estariam à disposição para ouvi-los, com certeza; agradeceu; a seguir, pediu a palavra, novamente, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo que tinha percebido que do ano de dois mil e dezessete para o ano dois mil e dezoito, a Reserva de Contingência tinha aumentado de cem mil para vinte e poucos milhões, se a Secretária pudesse explicar aquilo; a Sra. Secretária Cristina Rossi Serra disse que, na verdade, o maior valor de Reserva de Contingência era do Fundo de Previdência, tinham uma parcela menor da Prefeitura e como o Fundo de Previdência não era uma autarquia, nem outro órgão, ele estava dentro do Orçamento da Prefeitura, então, na hora que fazia o levantamento do valor da Reserva de Contingência, ele entrava também; disse que aquele Orçamento tinha sido passado diretamente pela Diretoria do JaguarPrev até o valor da Reserva de Contingência deles; da Prefeitura era um valor menor e o valor maior era de lá por conta de aposentadorias, futuras aposentadorias previstas, então, por lei, ele tinha que ter uma Reserva de Contingência; havendo manifestação, a Secretária disse que sim, se houvesse aposentados, aposentadorias autorizadas em que o Fundo de Previdência tinha que repassar o valor das aposentadorias; naquele momento o Sr. Presidente da Comissão comunicou que haviam mais dois últimos inscritos, o Romilson e o Neguita; naquele momento usou a palavra, novamente, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo que achava que era alguém da população, daí ele abriria a mão, continuando a fala perguntou se além daquela Reserva de Contingência, o Recurso repassado, mensalmente, estava em outra rubrica? A Sra.

Secretária dizendo que estava em outra rubrica; o Vereador Alfredo Chavegato Neto, supondo, o Fundo Municipal de Previdência recebia, sei lá, por mês; naquele momento a Secretária disse que era um milhão e setecentos; com o valor, o Vereador disse que era um milhão e setecentos que iria; A Sra. Secretária disse que ia e que a Receita era para ele, aquela Reserva era a Despesa dele, a futura Despesas deles; o Sr. Vereador Alfredo dizendo que aquela Reserva de Contingência, de vinte e poucos milhões, era uma determinação, porque tinha aumentado tanto? A Sra. Secretária disse que eles não tinham Reserva de Contingência, o valor era só simbólico e que não tinham aposentados, ainda, então, a partir de junho o pessoal tinha começado a se aposentar; o Vereador Alfredo Chavegato Neto perguntou se aquela estimativa não poderia chegar a dez? Ele estava dando um exemplo; a Sra. Secretária disse que teria que conversar com o Diretor de Previdência; o Sr. Vereador disse que era que estava lá orgado, que poderia remanejar; a Sra. Secretária disse que poderia remanejar; o Sr. Vereador disse, enfim, ele só estava discutindo; a Secretária disse que iria pedir esclarecimentos e que iria valer a pena; o Vereador disse que continuava mandando Recurso do Município que era descontado da folha da parte patronal, independente da Reserva de Contingência e mandando para o Fundo e ele sabia que o Município tinha uma dívida com o Fundo, também; a Secretária disse que sim, tinha os parcelamentos que estavam sendo pagos; o Sr. Vereador Fred disse que não estava na Reserva; a Secretária disse que não, não estavam, porque a Reserva era a Despesa e eles repassavam e entrava como Receita; o Vereador Alfredo disse que sabia e era só para esclarecer de onde...; ele agradeceu; a Sra. Secretária disse que iria levantar aquela informação para a reunião que tinha sido sugerida; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva desejando boa noite à todos, ao Presidente da Comissão, Silva, demais membros da Mesa, Secretária Cristina Serra, demais Secretários, autoridades presentes, Vereadores, funcionários daquela Casa, dizendo ao Sr. Luiz Carlos de Campos como ele havia falado e, só para não dizer que ele era mentiroso, ele tinha conversando naquela manhã, por coincidência, com a Sandra pedindo para ela fazer aquele levantamento de quanto a Câmara tinha disponível, porque eles, também, ficavam preocupados do que estava acontecendo, até em virtude da reunião que tiveram da Saúde que tinha sido muito esclarecedora; parabenizou ainda o Sr. Manoel, ele não sabia se ele estava lá ainda e o parabenizou, porque tinha esclarecido muitas dúvidas, independente se aquele dinheiro estava faltando ou não, ele queria parabenizar pela transparência na condução das explicações; disse ao Bózo que gostaria de reforçar mais uma vez, como ele sabia o Fred tinha sido Presidente e o Bózo, também, e por lei não poderiam ter sete por cento, a Câmara no ano passado poderia ter um valor em torno de treze milhões de reais tinha sido quatro milhões e





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



alguma coisa, a Câmara era muito enxuta e todo mundo sabia, o Fred, Bozó e todos os demais; ele tinha conversado com a Sandra e pediu para fazer aquele levantamento, até ele iria abrir mão, disse ao Bozó, de algumas coisas que a Câmara estaria fazendo no mês e no mês que entraria e tentar devolver o maior valor possível para o Município, eles sabiam, mas não sabia se todos tinham conhecimento, o Tribunal de Contas era contra que devolvesse dinheiro, eles vieram nesse ano e apontaram que o dinheiro fosse usado na totalidade da Câmara, ele tinha sido Presidente e sabia, então, ele queria reforçar aquele compromisso que tinha com o Município preocupado com os problemas da Cidade e o que pudesse devolver, o maior possível, iria devolver; como ele tinha dito para o Bozó aquele ano ele não tinha conseguido levantar para ele, mas seria em torno de quinze milhões, para que todos ficassem sabendo o gasto seria de dois vírgula vinte, um valor muito baixo comparado aos três por cento, algo em torno, na casa de quatro milhões, então, a Câmara contribuía muito para o Município e que era um trabalho muito sério, uma Câmara muito enxuta, como ele havia falado, um gasto consciente pensando na população e o respeito que todos tinham lá; era para o Bozó ficar tranquilo e, por coincidência, ele tinha pedido para a Sandra e que poderia confirmar com ela, chamou-a na sala e conversaram e que queria estar alinhando aquilo com o Executivo e estar devolvendo no menor prazo possível aqui; iria abrir mão de algumas coisas e deixar para o próximo e tentar, de alguma maneira, ajudar; parabenizou a todos pela condução da Audiência que tinha sido muito esclarecedora, era aquilo, reforçou também aos demais, ao David e aos demais que a saúde precisava, era onde estava pegando e que precisava dar uma atenção ao hospital e que estavam preocupado, como o Sr. Manoel havia falado, estava aumentando a demanda e se aumentava a demanda aumentava os valores, então, iria se adequar naquele sentido e achar alguma manobra e, de repente, remanejar daqui e dali, cada um apertava um pouquinho e que iria mandar para a Saúde onde estava tendo bastante problema, atualmente; agradeceu a todos e parabenizou pela condução dos trabalhos; a seguir, pediu a palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos parabenizando o Romilson e como ele disse o Fred tinha sido Presidente da Câmara, ele foi e a Câmara sempre tinha um Orçamento enxuto, realmente, com ele disse; o Orçamento da Câmara, olhando a Constituição Federal, de acordo com a população era determinado um percentual que as Câmaras poderiam utilizar, sete por cento até cem mil habitantes, então, não era da totalidade da Receita, mas era de algumas Receitas, com certeza, com certeza não, ele ia chutar lá, no mínimo poderia ser o dobro, o Orçamento da Câmara de seis poderia, no mínimo, doze, ele estava chutando porque aquelas Receitas Fundo de Participação, ICMS eram Receitas altas e era sete por cento sobre aquelas Receitas,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



então, o Orçamento da Câmara poderia ser em torno de doze milhões por aí ou mais, observado aquele percentual, o que o Tribunal orientava que o Orçamento da Câmara fosse próximo do que ele iria utilizar, como foi falado, tinha sido feito um levantamento; naquele momento, o Bozó perguntou quanto que iria devolver, mais ou menos, esse ano ele perguntou ao Romilson; havendo manifestação, o Vereador Bozó disse que seria setecentos, oitocentos mil, a Câmara não tinha como falar "Oh! Preciso usar esse dinheiro para determinada coisa!" Ela ia devolver o dinheiro, mas eles poderiam pedir dizendo que aquele dinheiro eles gostariam que enviassem para a ASAMAS, e outra coisa que tinha sido falado que estaria vendo e o importante, disse ao Romilson, que estaria devolvendo oitocentos com mais oitocentos que estava sendo acrescido naquele ano; então, ele achava que poderia tirar uma boa parte do Orçamento que seria para o próximo ano, era aquilo que seria? E destinar, eles fariam emenda lá na Câmara para alguma outra Secretaria que estivesse precisando de dotação e Recursos; disse ao Romilson que a Câmara era para aquilo mesmo, a Câmara há tempos que era enxuta e tinha alguns que tinham fama de "mão de vaca", de "mão fechada" e a Câmara era para aquilo, legislar e ele achava o que ela tinha no momento era suficiente, precisava melhorar algumas coisas, mas a Câmara era para aquilo; então, ele achava que o Orçamento da Câmara, como foi falado, se fosse possível, poderia então reduzir do próximo ano e devolveria o dinheiro, que estava sobrando naquele ano e do próximo ano reduziria o Orçamento e faria a emenda destinando para outra área; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Vereador Ângelo Roberto Torres desejando boa noite ao Presidente da Comissão, nobres Pares, Secretária e todas as pessoas que estavam lá presentes; desejou boa noite e agradeceu a presença de cada um; ele só tinha vindo para reforçar algumas palavras de alguns Vereadores que lá passaram, antecederam a respeito das verbas e como seria feito para eles manterem o Hospital, então, ele gostaria, disse a Cristina que aquela verba do JaguarPrev, que era de vinte milhões e como dava para fazer aquela movimentação e como o Hospital, como bem sabiam que estava fechando com uma dívida de nove milhões, se eles poderiam estar repassando aquilo, porque ele não tinha convênio médico, o convênio dele era o SUS que tinha um excelente trabalho e aquele Hospital ele sempre falava, sempre nas reuniões, ele defendia, defendia muito porque ele usava aquele Hospital, a família dele, tinha passado com o filho, com o neto, ultimamente tinha passado com a mãe, então, era de tirar o chapéu, porque perto do que se via por aí, os hospitais da região e a saúde no País como estava, então, tinha que abraçar aquela causa; disse, ainda, ao Bozó que ele iria fazer aquela colocação e que tinha sido bem colocada de fazer aquela emenda, de reduzir da Câmara e ele tinha certeza que o Prefeito iria ver com bons olhos e acatar aquele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



pedido, que era um direito da Câmara, poderia muito bem deixar o dinheiro parado lá, mas se conseguisse fazer aquele repasse, também, ajudaria muito o Hospital; ele falava, também, na questão do Esporte quisesse ou não, estava voltado na Saúde porque quando se tinha atividade esportiva das crianças, ele acreditava que ajudava muito, ajudava muito a defender a qualidade de vida lá na frente; disse ainda que o Fred havia comentado do Postinho, o da Roseira, se Deus quisesse iria inaugurar em dezembro, era uma maravilhosa, mas lá os moradores ajudando e como tinha mais moradores próximos de onde tinha sido construído o Postinho e graças a Deus da construção até onde ele sabia, tinha sido furtado só uma pia, bem lá traz, no começo, e que tinha sido só aquilo, mas sabiam do caso do Zambom que várias vezes foi depredado e a Nilma esteve lá e tinha comentado do Fontanella e Nova Jaguariúna e como eles falavam, disse à Nilma, o Governo vinha lá, lançava, colocava e mantinha, daí que vinha a dificuldade que no momento estavam discutindo a questão de verba, a verba da saúde, tá e o médico? Como iriam fazer? Tudo tinha um custo, pelo menos, próximo do Fórum, que era o Fontanella, ele achava que o prazo era de quinze meses e que estava para entregar em fevereiro de dois mil e dezoito, se ele não estivesse enganado, e que estava indo gradativamente, ele passava por lá e via que estava bem adiantada a obra, da Nova Jaguariúna que ele não tinha visto, mas ele acreditava, como era do Governo do Estado que fazia as medições como a Cristina havia explicado lá, a empreiteira estava no prazo certo, ele acreditava, para entregar o caso que estava bem adiantado e já não era o caso da Roseira, a verba Federal tinha demorado para vir e vinha pouco, então, era aquilo que ele gostaria de salientar; agradeceu a Cristina por ela estar lá, agradeceu aos Secretários, o pessoal do Hospital, o Sr. Manoel e toda a equipe, parabenizou e que Deus abençoasse a todos eles e o pessoal da Saúde que ele sabia que era um trabalho árduo, um trabalho difícil, agradeceu a todos e que tinha o empenho e a ajuda naquela Casa; disse, ainda, como o Fred havia comentado, quando ele estava saindo de casa, duas pessoas vieram procurar por ele perguntando onde ele estava indo e ele disse que estava indo numa reunião na Câmara e perguntaram se era naquele dia que iria votar contra a Escola das Artes; ele disse, pelo amor de Deus, não dava, sem comentário; como o David bem tinha falado, todos os Secretários vieram lá, uma boa parte, para defender a Secretaria de cada um e que a Graça poderia estar lá também, uma vez que era bem recebida naquela Casa, poderia estar lá se explicando, os ajudando a entenderem um pouco do remanejamento que teve para a Secretaria dela, como o Fred havia falado, eles não estavam lá para cortar verba de ninguém e de nenhuma Secretaria e, sim, para estar ajudando a todos, ajudando a Administração porque eram filhos de Jaguariúna e era a Cidade deles que tinham que cuidar para os filhos, netos,

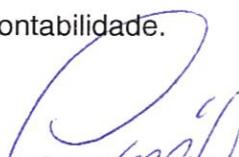


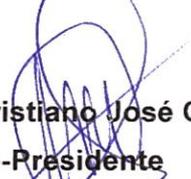
Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



bisnetos, enfim, para todos os moradores; agradeceu a todos e que ficassem com Deus; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Afonso Lopes da Silva, que agradeceu o Neguita e passou a palavra para a Secretária Cristina para fazer as considerações finais; a Sra. Cristina disse que gostaria de passar para todos que estavam lá que estavam de portas abertas para tirar qualquer dúvida, qualquer pergunta, porque, muitas vezes, a pessoa estava lá e que não vinha em mente e, que depois, se tivessem alguma dúvida, ela estaria à disposição para esclarecer, inclusive os nobres Vereadores, a Prefeitura estava de portas abertas; agradeceu e disse que ela levaria tudo que tinha sido colocado lá para a Administração para análise e tomariam providências necessárias, agradeceu e desejou boa noite; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão agradeceu a Cristina e pediu para quem não tinha assinado a lista de presença, era importante, era para as pessoas assinarem porque aquela lista era importante, porque seria feita uma Ata e depois seria encaminhado para o Tribunal de Contas; agradeceu a presença de todos, os Secretários presentes, servidores públicos, era aquilo, eles estavam lá para ouvir a população para fazer toda uma discussão e seguir os passos em cima da opinião da população e fazer as coisas com responsabilidade e que não podiam tratar as coisas com demagogias, não poderia tratar as coisas como se fosse fácil, tinha que tratar as coisas sempre com responsabilidade, vendo a questão técnica, eles tinham a obrigação de verem a questão técnica, não poderiam falar que era assim, era fácil, mas a questão do Orçamento era uma questão muito importante para a população, então, ele agradeceu a todos e que seguisse a vida, a luta em defesa de Jaguariúna. A seguir, encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente


Vereador Cristiano José Cecon
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 6 de dezembro de 2017

Ofício n.º 869/2017.-PRE

Senhor Presidente

Passamos, às mãos de Vossa Excelência para ser anexada ao Projeto de Lei nº 052/2017, o **Ofício DER nº 0124/2017**, dando resposta ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Contabilidade sobre equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 e 035/2017 (Adequações LOA).

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Ao Senhor
Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13820-000 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2854
Jaguariúna- SP



Ofício DER-nº 0124/2017.

Jaguariúna, aos 22 de novembro de 2017.

Senhor Presidente:

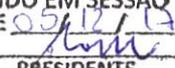
Através do presente, em atenção ao Ofício nº 690/2017 – PRE, que encaminhou solicitação da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, concernente a equívocos nos Projetos de Lei nºs 034/2017 (Plano Plurianual – PPA 2018/2021) e 035/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018), encaminhamos, anexo a este, os esclarecimentos prestados pela Diretora do Departamento de Contabilidade e Orçamento, através dos Ofícios nºs 66, 67 e 68/2017.

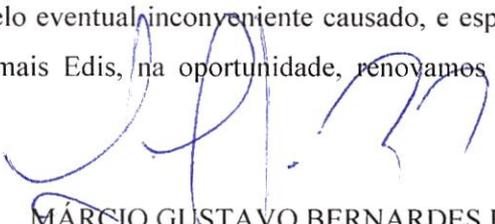
Face aos esclarecimentos da Ilustríssima Diretora, também será necessário, além de alterações nas peças orçamentárias acima mencionadas, adequar o Projeto de Lei nº 052/2017, encaminhado a essa Casa Legislativa através do Ofício DER-nºs 097/2017, que trata da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2018, com a alteração / adequação do:

- texto do projeto de lei (com 08 laudas);
- anexo da estimativa de impacto orçamentário financeiro (com 04 laudas);
- orçamento da receita (com 16 laudas);
- quadro de detalhamento da despesa QDD (com 15 laudas);
- anexo 1 – demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (com 01 lauda);
- anexo 2 – consolidado por natureza da despesa sintético (com 02 laudas);
- anexo 2 – natureza da despesa por órgão e unidade (com 31 laudas);
- anexo 6 – programa de trabalho por órgão e unidade (com 26 laudas);
- anexo 7 – demonstrativo de funções, subfunções e programas para projetos e atividades (com 05 laudas).

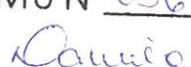
Destaque-se que as demais peças que compõem o projeto de lei encaminhado através do Ofício DER-nº 097/2017 devem ser mantidas, alterando-se, apenas, as relacionadas acima.

Apresentando nossas sinceras escusas pelo eventual inconveniente causado, e esperando contar com a compreensão de Vossa Excelência e demais Edis, na oportunidade, renovamos nossos protestos de elevada consideração e apreço.

LIDO EM SESSÃO
DE 05/12/17

PRESIDENTE


MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	1.573
Fls. Nº	008 Livro Nº 036
23/11/17	
SECRETÁRIA	



Prefeitura do Município de Jaguariúna



Ofício nº 66/2017

Jaguariúna, 24 de outubro de 2017.

Ao Nobre Vereador
Romilson Nascimento Silva
Vereador Municipal

Recebido em 31/10/17
08 14 14

Assunto: Alterações PPA, LDO e LOA

Gabriela de Sousa Santos
RG nº 52.288.298-5
Estagiária SEGOV

Para maior transparência na execução do Orçamento da Prefeitura Municipal foram realizadas adequações nas receitas e despesas ocasionando abertura de ações e remanejamento de valores.

Solicito adequações nos Projetos de Lei Nº 034/2017 referente ao PPA 2018/2021 e Projeto de Lei nº 035/2017 referente à LDO para exatidão das Peças Contábeis.

RECEITA TOTAL ESTIMADA PPA 2018-2021

CLASSIFICAÇÃO	ANTERIOR	ATUAL
1100.00.00.00- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 75.934.940,00	R\$ 72.220.739,77
1200.00.00.00- Contribuições	R\$ 7.741.000,00	R\$ 10.782.000,00
1300.00.00.00- Receita Patrimonial	R\$ 11.025.700,00	R\$ 11.025.000,00
1500.00.00.00 – Receita Industrial	-	R\$ 120.000,00
1700.00.00.00- Transferências Correntes	R\$ 282.200.410,00	R\$ 282.976.773,39
1900.00.00.00- Outras Receitas Correntes	R\$ 3.568.200,00	R\$ 3.465.736,84

Acrescentado a Receita de Serviços e realocados os recursos de acordo com a realidade do município.

DESPESAS



Prefeitura do Município de Jaguariúna



0002 Assessoria, organização e formação de atos Oficiais

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
2002-Gabinete do Secretário	R\$ 8.234.800,00	R\$ 7.634.800,00
2064- Progressão Funcional	-	R\$ 600.000,00

Separação da Progressão de Carreira para maior transparência

0004 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública Municipal

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
1081-Cidade Segura/ Guarda em Ação - Anjo da Guarda da Mulher	R\$ -	R\$ 10.000,00
2004- Gestão da Guarda Municipal	R\$14.201.780,00	R\$ 14.191.780,00

Criação da equipe Anjo da guarda da Mulher

0008 - Ordenamento e Regulação Territorial

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
1007- Aquisição de imóvel para construção de habitações populares	R\$ 10.000,00	R\$ 47.000,00
2008- Gestão dos serviços de arquitetura e Urbanismo	R\$ 2.164.650,00	R\$ 2.127.650,00



Prefeitura do Município de Jaguariúna



Aquisição de imóveis para construção de habitações populares.

0010- Ampliação e Fortalecimento dos Sistemas de Gestão do Meio Ambiente

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
2027- Gestão de Agropecuária e Meio Ambiente	R\$ 2.622.000,00	R\$ 3.345.900,00
2029- Gestão Ambiental	R\$ 2.433.900,00	R\$ 519.300,00
2046- Produção e Consumo de Orgânicos	R\$ -	R\$ -

Adequação dos recursos de acordo com a realidade do municipal

0011- Gestão Governamental e Modernização Administrativa

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
0999- Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ 1.000.000,00
2058- Gestão Governamental e Administrativa	R\$ 33.450.801,00	R\$ 18.747.801,00
2066 - Serviços da Dívida	R\$ -	R 13.703.000,00

Criação de Reserva de Contingência em consonância com a Lei nº 4320/64, e destaques das dívidas fundadas do município herdadas da administração anterior.

40



Prefeitura do Município de Jaguariúna



0013- Atendimento Integral a Crianças do Ensino Infantil

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
2059- Gestão da Educação Infantil	R\$ 12.516.381,00	R\$ 15.516.381,00

Adequação dos recursos de acordo com a realidade do municipal, construção de creches.

0014- Gestão de Ensino

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
2061- Gestão do Ensino Fundamental	R\$ 22.572.000,00	R\$ 19.572.000,00

Adequação dos recursos de acordo com a realidade do municipal

0023- Esportes e Lazer como Instrumento de Inclusão Social

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
1008- Construção, Reforma e Modernização da Infra Estrutura Esportiva	R\$ 620.000,00	R\$ 105.000,00
1141- Reforma e Ampliação da piscina pública	R\$ -	R\$ 515.000,00

Reforma e ampliação da piscina pública

0024- Obras e Serviços Urbanos

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
-------	----------	-------



Prefeitura do Município de Jaguariúna



1011- Obras de pavimentação Asfáltica	R\$ 2.500.000,00	R\$ 3.885.630,00
2024- Gestão de praças, parques, jardins, instalações públicas e serviços	R\$ 28.757.800,00	R\$ 27.372.170,00

Aumento nas obras de pavimentação asfáltica

0029- Planejamento e Coordenação do Sistema de água e rede de Esgoto

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
1012-Projeto Saneamento Rural	R\$ 20.000,00	R\$ 10.000,00
1014- Projeto 100% Esgoto Tratado e Coletado	R\$ -	R\$ 10.000,00
2045- Gestão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	R\$ 11.305.500,00	R\$ 12.496.200,00

Aumento na coleta e tratamento de Esgoto do município

0033- Ampliação e Fortalecimento do Potencial Turístico e cultural

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
1002- Revitalização Fazenda da Barra	R\$ 225.000,00	R\$ 100.000,00



Prefeitura do Município de Jaguariúna



1037- Reforma, Revitalização e Modernização de Espaços Culturais e Turísticos	R\$ -	R\$ 125.000,00
2031- Gestão das Atividades de Turismo e Cultura	R\$ 3.821.200,00	R\$ 4.257.600,00

Reformas dos Espaços Culturais e maior ênfase no Projeto Escola das Artes.

0059- Gabinete do Prefeito

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
2042- Gestão de Comunicação Social	R\$ 1.894.500,00	R\$ 294.500,00
2063- Publicidade e Propaganda	R\$ -	R\$ 1.600.000,00

Alteração da AÇÃO – Gestão do Fundo de Assistência Social para Gestão do Fundo Social de Solidariedade manteve –se o valor de R\$ 26.000,00.

Aumento na publicidade dos atos praticados pela administração.

Sem mais para o momento, apresento protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Daiane Fernanda Ferreira

Diretora de Contabilidade e Orçamento



Prefeitura do Município de Jaguariúna



Ofício nº 67/2017

Jaguariúna, 24 de outubro de 2017.

Ao Nobre Vereador
Romilson Nascimento Silva
Vereador Municipal

Recb em 31/10/17

Ass 64.14

Gabriela de Sousa Santos
RG nº 52.288.298-5
Estagiária SEGOV

Assunto: Alterações PPA, LDO e LOA

Decorrente de acertos contábeis realizados pelo Instituto de Previdência do Município de Jaguariúna, pleiteado através do Ofício nº 83/2017 datado em 18 de outubro de 2017. Solicito adequações nos Projetos de Lei Nº 034/2017 referente ao PPA 2018/2021, Projeto de Lei nº 035/2017 referente à LDO e Projeto de Lei nº 052/2017 referente à LOA, para exatidão das Peças Contábeis.

Alteração PPA, LDO e LOA

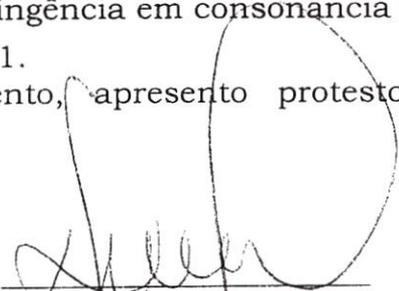
0057- Fundo Especial Prev. Social Servidores Públicos Municipais

AÇÕES	ANTERIOR	ATUAL
0999- Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ 29.625.000,00
2048- Manutenção das Atividades do Prev. Municipal	R\$ 6.166.000,00	R\$ 6.166.000,00

Criação da Reserva de Contingência em consonância com o artigo 8 da Portaria Interministerial nº 163/2001.

Sem mais para o momento, apresento protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Daiane Fernanda Ferreira

Diretora de Contabilidade e Orçamento



Acessar novo webmail

E-mail

Catálogo de endereços

Calendário

Configurar

Mover para...

Voltar

Responder

Responder

Encaminhar

Excluir

Imprimir

Spam

Mais

Caixa de entrada

71

Rascunhos

Enviados

Spam

2

Lixeira

LOA + PPA + Resum...

Mensagem 117 de 301

De **Rogério Goivinho**

Para **Daiane Ferreira**, **Cristina Serra**

Cópia **Patrícia Dal'bó de Oliveira Verdi**, **Wagner Brito**

Data **17.10.2017 11:49**

Daiane, estou reenviando o LOA e o PPA com a inclusão da ficha da despesa nº 7 (reserva de contingência) que não constava antes.

PPA 2018 a 2021.docx

Orçamento Estimado 2018 - e...

RESUMO ORÇAMENTO 2018 - ...

Att.,

--
Rogério Goivinho
Diretor de Previdência
(19) 3837-3517



Wagner

Fundo Especial de Previdência Social
JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua: Cel. Amâncio Bueno, 735 - Centro - Jaguariúna/SP - 13820-000
Tel. (19) 3837-3517 / 3847-1225



OFÍCIO JAGUARPREV Nº 088/2017

Jaguariúna, 16 de novembro de 2017.

Ao
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
Prefeitura de Jaguariúna

Ref.: Reenvio da LOA e PPA.

Prezada Senhora:

Tem o presente a finalidade de encaminhar a V.S.^a, o orçamento anual (LOA 2018) e o plano plurianual (PPA 2018 - 2021), com a nova classificação (escrituração contábil) das fichas da receita e despesa, conforme enviados no dia 17 de outubro de 2017 via *e-mail*.

Outrossim, solicitamos que, em caso de qualquer dúvida ou correção de conteúdo que se faça necessária, sejam solicitados por escrito.

Sem mais, na oportunidade, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.


Wagner Ferreira de Brito
Diretor Presidente

C/C
Cristina Aparecida Rossi Serra
Secretária de Administração e Finanças



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



MEMÓRIA DE CÁLCULO – ORÇAMENTO 2018

FUNDO DE PREVIDÊNCIA

1. RECEITA

Arrecita para o exercício de 2018 foi estimada em **R\$ 35.791.000,00** (Trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e um mil reais) e é composta por 8 fichas, conforme demonstrativo e descrição abaixo.

Outrossim, informamos que as fichas da receita já seguem com nova classificação (escrituração contábil), válida para 2018:

FICHA 1 – CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO

Nova classificação: 1.2.1.0.04.2.1

A ficha 1 (um) discrimina a contribuição do servidor ativo para o RPPS. Foi orçada em R\$ 7.740.000,00 (sete milhões, setecentos e quarenta mil reais) mediante o seguinte cálculo:

DESCRIÇÃO	VALOR
ARRECAÇÃO REF ABRIL/2017	R\$ 566.897,11
ARRECAÇÃO X 13 MESES(1)	R\$ 7.369.662,43
PREVISÃO DE AUMENTO – 5% A PARTIR DA DATA BASE – MARÇO (2)	R\$ 368.483,12
SOMA(1+2)	R\$ 7.738.145,55
VALOR APROXIMADO ORÇADO	R\$ 7.740.000,00

* considera-se 13 meses em função do 13º

* utiliza-se o mês de abril, tendo em vista o reajuste já estabelecido.

FICHA 2 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA

Nova classificação: 1.3.2.1.00.4.1

A ficha 2 (dois) discrimina a remuneração dos investimentos do RPPS no segmento da renda fixa, contudo a partir de 2017 por determinação do Tribunal de Contas, os lançamentos deverão ser realizados na ficha extra orçamentária 9003, VPA Variações Patrimoniais Aumentativas.



Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariuna

JAGUARIUNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariuna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



Oportunamente quando da realização de resgate, o valor será contabilizado como receita orçamentária. Deste modo orçamos a ficha 2 (dois) em 8.400.000,00, pois até dezembro de 2016 foi arrecadado 8.360.329,65.

FICHA 3 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL

Nova classificação: 1.3.2.1.00.4.1

A ficha 3 (três) discrimina a remuneração dos investimentos do RPPS no segmento da renda variável, contudo a partir de 2017 por determinação do Tribunal de Contas, os lançamentos deverão ser realizados na ficha extra orçamentária 9003, VPA Variações Patrimoniais Aumentativas.

Oportunamente quando da realização de resgate, o valor será contabilizado como receita orçamentária. Deste modo orçamos a ficha 3 (três) em 1.400.000,00, pois até dezembro de 2016 foi arrecadado 1.346.900,08.

FICHA 4 – MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Nova classificação: 7.2.1.0.04.1.2

A ficha 4 (quatro) discrimina eventual penalidade pecuniária referente à contribuição patronal. É impossível afirmar que haverá atraso no repasse da contribuição previdenciária.

Orçamos a ficha 4 (quatro) em R\$ 250.000,00, com base no exercício de 2016 onde foi arrecadado o total de R\$ 228.806,28.

FICHA 5 – MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO

Nova classificação: 1.2.1.0.04.2.2

A ficha 5 (cinco) discrimina eventual multa referente à contribuição do servidor ativo. É impossível afirmar que haverá atraso no repasse da contribuição previdenciária, porém é prudente orçar um valor a exemplo do contido na Ficha anterior.



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



Orçamos a ficha 5 (cinco) em R\$ 1.000,00 (Um mil reais), com base no exercício de 2016.

FICHA 6 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Nova classificação: 7.2.1.0.04.1.1

A ficha 6 (seis) discrimina a contribuição patronal, do ente federativo (Município de Jaguariúna) para o RPPS. Foi orçada em R\$10.250.000,00(Dez milhões duzentos e cinquenta mil reais) mediante o seguinte cálculo:

DESCRIÇÃO	VALOR
ARRECADAÇÃO REF ABRIL/2017	R\$ 747.273,46
ARRECADAÇÃO X 13 MESES* (1)	R\$ 9.714.554,98
PREVISÃO DE AUMENTO - 5% A PARTIR DA DATA BASE - MARÇO (2)	R\$ 485.727,74
SOMA(1+2)	R\$ 10.200.282,73
VALOR APROXIMADO ORÇADO	R\$ 10.250.000,00

* considera-se 13 meses em função do 13º

FICHA 7 - CONTRIBUIÇÃO AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Nova classificação: 7.2.1.8.01.1.1

A ficha 7 (sete) discrimina a contribuição para amortização do déficit atuarial (custo suplementar), previsto na avaliação atuarial 2017. Foi orçada em aproximadamente R\$ 5.250.000,00 (Cinco milhões duzentos e cinquenta mil reais) conforme anexo III do cálculo atuarial na página 43.

FICHA 8 - CONTRIBUIÇÃO REFERENTE AO PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Nova classificação: 7.2.1.0.04.1.3

A ficha 8 (oito) discrimina a contribuição referente ao parcelamento de débitos previdenciários do Ente Federativo com o Fundo de Previdência, previsto na Lei



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 - Centro - Jaguariúna /SP - CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 - (19) 3847-1225



de parcelamento nº 2.254/2014, 2.317/2015 e 2.376/2016. Foi orçado em R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) mediante o seguinte cálculo:

DESCRIÇÃO	VALOR
1º PARCELAMENTO - LEI 2254/2014 - ARRECADADO ATÉ ABRIL/2017	R\$ 260.871,36
2º PARCELAMENTO - LEI 2317/2015 - ARRECADADO ATÉ ABRIL/2017	R\$ 209.814,10
3º PARCELAMENTO - LEI 2376/2016 - ARRECADADO ATÉ ABRIL/2017	R\$ 342.826,65
TOTAL	R\$ 813.512,11
MÉDIA MENSAL (DIVIDIDO POR 4 MESES)	R\$ 203.378,03
RESULTADO DA MÉDIA X 12 MESES	R\$ 2.440.536,36
VALOR APROXIMADO ORÇADO	R\$ 2.500.000,00



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



2. DESPESA

A despesa para o exercício de 2018 foi estimada em R\$ 6.166.000,00 (Seis milhões cento e sessenta e seis mil reais) e é composta por 6 fichas com valores representativos, conforme demonstrativo anexo e descrição abaixo.

Outrossim, informamos que as fichas da despesa não tiveram alterações em sua classificação (escrituração contábil) para o ano de 2018.

FICHA 1- APOSENTADORIA

Classificação: 3.1.90.01.00

A ficha 1 (um) orça o valor gasto com aposentadorias. Com efeito, no exercício de 2018, já teremos aposentadorias por invalidez ,voluntárias e por idade concedidas.

De acordo com a Avaliação Atuarial 2017 página 41, foi prevista a despesa de R\$ 2.827.770,07 (Dois milhões oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e setenta reais e sete centavos), englobando todos os tipos de aposentadorias. Assim convém orçar a ficha em R\$ 2.850.000,00 (Dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais)

FICHA 2 – PENSÕES POR MORTE

Classificação: 3.1.90.03.00

A ficha 2 (dois) orça o gasto com o pagamento de pensões por morte. Segundo a Avaliação Atuarial de 2017, página 42, está prevista a despesa em R\$ 753.608,89 (Setecentos e cinquenta e três mil seiscentos e oito reais e oitenta e nove centavos), assim convém orçar a ficha em R\$ 755.000,00 (Setecentos e cinquenta e cinco mil reais).



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**



JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225

FICHA 3 – SALÁRIO FAMÍLIA

Classificação: 3.1.90.05.01

A ficha 3 (três) estipula o valor gasto com salário família, no entanto, devido ao menor salário praticado no Município de Jaguariúna ser maior do que o salário considerado de baixa renda para fins de pagamento deste benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, **orçamos em apenas R\$ 1.000,00 (hum mil reais)**, os valores para este benefício, devido a impossibilidade de concessão do mesmo.

FICHA 4 – AUXÍLIO DOENÇA

Classificação: 3.1.90.05.51

A ficha 4 (quatro) orça o valor gasto com auxílio-doença. Estimou-se em R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), considerando os valores praticados de Janeiro a Abril de 2017.

AUXÍLIO-DOENÇA	VALOR
PAGO ENTRE JANEIRO E ABRIL/2017	R\$ 611.507,84
MÉDIA MENSAL (DIVIDIDO POR 4 MESES)	R\$ 152.876,96
VALOR ANUAL ORÇADO*	R\$ 1.987.400,48
VALOR APROXIMADO ORÇADO	R\$ 2.000.000,00

* considera-se 13 meses, contando com o 13º benefício

FICHA 5 – SALÁRIO MATERNIDADE

Classificação: 3.1.90.05.56

A ficha 5 (cinco) orça o valor gasto com salário-maternidade. Estimou-se em R\$460.000,00 (Quatrocentos e sessenta mil reais), considerando os valores praticados de Janeiro a Abril de 2017.

SALÁRIO-MATERNIDADE	VALOR
PAGO ENTRE JANEIRO E ABRIL/2017	R\$ 140.267,27
MÉDIA MENSAL (DIVIDIDO POR 4 MESES)	R\$ 35.066,82
VALOR ANUAL ORÇADO*	R\$ 455.868,63
VALOR APROXIMADO ORÇADO	R\$ 460.000,00

* considera-se 13 meses, contando com o 13º benefício



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



FICHA 6 – SERVIÇOS DE TERCEIROS

Classificação: 3.3.90.39.00

A ficha 6 (seis) orça o valor gasto com serviços de terceiros (pessoas jurídicas). Mantemos o valor orçado em 2017, pois a Jaguariúna Previdência não conta com taxa de administração enquanto mantida a condição de fundo. **Estima-se em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).**

FICHA 7 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Classificação: 3.3.99.97.00

A ficha 7 (sete), nos termos da Portaria Interministerial nº 163/2001 orça a reserva de contingência e foi fixada em **R\$ 29.625.000,00 (Vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais).**

3. CONCLUSÃO

A receita e a despesa orçadas para o exercício de 2018 parametrizam a arrecadação e os gastos deste Fundo de Previdência, mas servem tão somente como base podendo variar para mais ou para menos dependendo de um conjunto de fatores que influenciam diretamente neste cenário.

Havendo necessidade de alteração do orçamento previsto, a solicitação será encaminhada oportunamente.

Jaguarúna, 03 de agosto de 2017

WAGNER FERREIRA DE BRITO
Diretor Presidente



Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 - Centro - Jaguarúna/SP - CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 - (19) 3847-1225

JAGUARÚNA PREVIDÊNCIA

Servidores Públicos do Município de Jaguarúna
Fundo Especial de Previdência Social dos





**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariúna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



MEMÓRIA DE CÁLCULO
PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 a 2021
FUNDO DE PREVIDÊNCIA

1 - FICHAS DA RECEITA

As fichas da receita já seguem com a nova classificação (escrituração contábil), válida a partir de 2018:

Nova classificação: 1.2.1.0.04.2.1

FICHA 1 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	R\$ 7.740.000,00	R\$ 7.740.000,00	R\$ 8.397.900,00	R\$ 9.111.721,50
INFLAÇÃO	0	3,50%	3,50%	3,50%
CRESCIMENTO	0	5%	5%	5%
TOTAL	R\$ 7.740.000,00	R\$ 8.397.900,00	R\$ 9.111.721,50	R\$ 9.886.217,83

Nova classificação: 1.3.2.1.00.4.1

FICHA 2 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA RENDA FIXA				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	R\$ 8.400.000,00	R\$ 8.400.000,00	R\$ 9.114.000,00	R\$ 9.888.690,00
INFLAÇÃO	0	3,50%	3,50%	3,50%
CRESCIMENTO	0	5%	5%	5%
TOTAL	R\$ 8.400.000,00	R\$ 9.114.000,00	R\$ 9.888.690,00	R\$ 10.729.228,65

Nova classificação: 1.3.2.1.00.4.1

FICHA 3 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.519.000,00	R\$ 1.648.115,00
INFLAÇÃO	0	3,50%	3,50%	3,50%
CRESCIMENTO	0	5%	5%	5%
TOTAL	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.519.000,00	R\$ 1.648.115,00	R\$ 1.788.204,78



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariuna**
JAGUARIUNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariuna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



Nova classificação: 7.2.1.0.04.1.2

FICHA 4 - MULTA E JUROS DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 271.250,00	R\$ 294.306,25
INFLAÇÃO	0	3,50%	3,50%	3,50%
CRESCIMENTO	0	5%	5%	5%
TOTAL	RS 250.000,00	RS 271.250,00	RS 294.306,25	RS 319.322,28

Nova classificação: 1.2.1.0.04.2.2

FICHA 5 - MULTA E JUROS DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.085,00	R\$ 1.177,23
INFLAÇÃO	0	3,50%	3,50%	3,50%
CRESCIMENTO	0	5%	5%	5%
TOTAL	RS 1.000,00	RS 1.085,00	RS 1.177,23	RS 1.277,29

Nova classificação: 7.2.1.0.04.1.1

FICHA 6 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	R\$ 10.250.000,00	R\$ 10.250.000,00	R\$ 11.121.250,00	R\$ 12.066.556,25
INFLAÇÃO	0	3,50%	3,50%	3,50%
CRESCIMENTO	0	5%	5%	5%
TOTAL	RS 10.250.000,00	RS 11.121.250,00	RS 12.066.556,25	RS 13.092.213,53

Nova classificação: 7.2.1.8.01.1.1

FICHA 7 - CONTRIBUIÇÃO AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL				
	2018	2019	2020	2021
TOTAL	RS 5.250.000,00	RS 6.100.000,00	RS 6.650.000,00	RS 6.700.000,00

**Valores obtidos do Cálculo Atuarial realizado em dezembro/2016- página 43*



Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariuna
JAGUARIUNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 – Centro – Jaguariuna /SP – CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 – (19) 3847-1225



Nova classificação: 7.2.1.0.04.1.3

FICHA 8 - CONTRIBUIÇÃO REF. AO PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.712.500,00	R\$ 2.943.062,50
INFLAÇÃO	0	3,50%	3,50%	3,50%
CRESCIMENTO	0	5%	5%	5%
TOTAL	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.712.500,00	R\$ 2.943.062,50	R\$ 3.193.222,81

As fichas da receita foram consideradas com a média de inflação de 3,5% a.a., mais uma taxa de crescimento real em 5,00%



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariúna**

JAGUARIÚNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 - Centro - Jaguariúna /SP - CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 - (19) 3847-1225



2 - FICHAS DA DESPESA

As fichas da despesa não tiveram alterações na classificação (escrituração contábil).

Classificação: 3.1.90.01.00

FICHA 1 - APOSENTADORIA				
	2018	2019	2020	2021
TOTAL	RS 2.850.000,00	RS 3.200.000,00	RS 4.000.000,00	RS 4.800.000,00
<i>*Valores obtidos do Cálculo Atuarial realizado em dezembro/2016- página 41</i>				

Classificação: 3.1.90.03.00

FICHA 2 - PENSÕES				
	2018	2019	2020	2021
TOTAL	RS 755.000,00	RS 1.030.000,00	RS 1.290.000,00	RS 1.555.000,00
<i>*Valores obtidos do Cálculo Atuarial realizado em dezembro/2016- página 42</i>				

Classificação: 3.1.90.05.01

FICHA 3 - SALÁRIO FAMÍLIA				
	2018	2019	2020	2021
TOTAL	RS 1.000,00	RS 1.000,00	RS 1.000,00	RS 1.000,00
<i>Não há concessão deste benefício.</i>				

Classificação: 3.1.90.05.51

FICHA 4 - AUXÍLIO DOENÇA				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	2.000.000,00	RS 2.000.000,00	2.200.000,00	2.420.000,00
REAJUSTE		10%	10%	10%
TOTAL	RS 2.000.000,00	RS 2.200.000,00	RS 2.420.000,00	RS 2.662.000,00



**Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguariuna**

JAGUARIUNA PREVIDÊNCIA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 - Centro - Jaguariuna /SP - CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 - (19) 3847-1225



Classificação: 3.1.90.05.56

FICHA 5 - SALÁRIO MATERNIDADE				
	2018	2019	2020	2021
VALOR INICIAL	460.000,00	R\$ 460.000,00	506.000,00	556.600,00
REAJUSTE		10%	10%	10%
TOTAL	R\$ 460.000,00	R\$ 506.000,00	R\$ 556.600,00	R\$ 612.260,00

Classificação: 3.3.90.39.00

FICHA 6 - SERVIÇOS DE TERCEIROS				
	2018	2019	2020	2021
TOTAL	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
<i>O Jaguariuna Previdência não conta com taxa de administração</i>				

Classificação: 3.3.99.97.00

FICHA 7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
	2018	2019	2020	2021
TOTAL	R\$ 29.625.000,00	R\$ 32.199.985,00	R\$ 34.236.028,73	R\$ 35.979.427,17

Foram tomados como base a Avaliação Atuarial 2016 com exceção das fichas de Auxílio Doença e Salário Maternidade, onde foram consideradas uma média de crescimento de 10% a.a.

WAGNER FERREIRA DE BRITO
Diretor Presidente

Jaguarúna, 03 de Agosto de 2017

pela ausência de concessão.

Os benefícios de salário família e auxílio reclusão, ficam prejudicados pelo crescimento de 10% a.a. As quantidades de Auxílio-Doença e Salário Maternidade foram calculadas médias com base na quantidade concedida em dezembro/2016 com um crescimento de 10% a.a. respectivamente, das páginas 41 e 42 da Avaliação Atuarial/2016. As quantidades de aposentadorias e pensões foram extraídas,

Descrição	Quantidade de Atendimentos			
	2018	2019	2020	2021
APOSENTADORIAS	75	84	105	127
PENSOES	22	29	36	43
AUXILIO DOENÇA	82	91	102	110
SALARIO MATERNIDADE	24	27	30	33
SALARIO FAMILIA	0	0	0	0
AUXILIO RECLUSÃO	0	0	0	0
TOTAL ATENDIMENTOS	203	231	273	313

3 - QUADRO DE ATENDIMENTOS - META PPA

Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 735 - Centro - Jaguarúna/SP - CEP 13820-000
Telefone: (19) 3837-3517 - (19) 3847-1225

JAGUARÚNA PREVIDÊNCIA

Fundo Especial de Previdência Social dos
Servidores Públicos do Município de Jaguarúna





Prefeitura do Município de Jaguariúna



Ofício nº 68/2017

Jaguariúna, 24 de outubro de 2017.

Ao Nobre Vereador
Romilson Nascimento Silva
Vereador Municipal

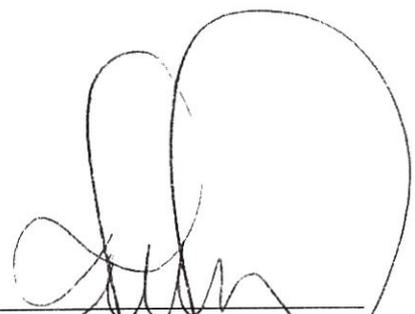
Assunto: Alterações PPA, LDO e LOA

Em resposta ao ofício nº 690/2017 da Câmara Municipal de Jaguariúna, esclareço que durante o processo de elaboração das peças contábeis do PPA e LDO a proposta de criação da Secretaria de Políticas Sociais estava em andamento, sendo retirada pelo Excelentíssimo Prefeito somente após a entrega das referidas peças.

Solicito adequações nos Projetos de Lei Nº 034/2017 referente ao PPA 2018/2021 e Projeto de Lei nº 035/2017 referente à LDO para exatidão das Peças Contábeis.

Sem mais para o momento, apresento protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Daiane Fernanda Ferreira

Diretora de Contabilidade e Orçamento